

Karl Marx e Friedrich Engels

As Pretensas Cisões na Internacional

Circular Privada do Conselho Geral da Associação

Internacional dos Trabalhadores¹

Março de 1872

Primeira Edição: Escrito entre meados de Janeiro e 5 de Março de 1872. Publicado em forma de folheto em Genebra em 1872.

Publicado segundo o texto do folheto. Traduzido do francês.

Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!".

¹ *As Pretensas Cisões na Internacional* constituem uma circular privada do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, cujas teses essenciais foram formuladas por Marx na reunião do Conselho de 5 de Março de 1872.

Marx e Engels denunciaram aí o bakuninismo como uma das manifestações do sectarismo hostil ao movimento operário, que se caracterizou sobretudo pelo seu atraso no plano teórico, pelo seu isolamento do movimento revolucionário de massas, pelo seu dogmatismo e pelo seu aventureirismo «revolucionário». Desvendavam aí também as raízes sociais do sectarismo, resultante da influência exercida pela pequena burguesia sobre a classe operária. Para se contrapor às seitas, sublinhavam Marx e Engels, a classe operária devia possuir a sua própria organização revolucionária de massas. Essa organização era a Internacional, organização de combate dos proletários de todos os países. A satisfação da reivindicação dos bakuninistas de reduzirem o Conselho Geral a uma mera repartição de correspondência e estatística significaria a renúncia do proletariado a criar a sua organização própria, disciplinada e ideologicamente unida. A luta de Marx e Engels em torno da questão das funções do Conselho Geral era no fundo uma luta pelos princípios organizativos do partido proletário. Por decisão unânime do Conselho Geral, a circular foi publicada em francês em fins de Maio de 1872.

Até hoje, o Conselho Geral impôs a si próprio uma reserva absoluta quanto às lutas internas da Internacional e nunca respondeu publicamente aos ataques públicos, lançados durante mais de dois anos contra ele por membros da Associação.

Mas, se a persistência de alguns intriguistas em manter deliberadamente uma confusão entre a Internacional e uma sociedade² que, desde a sua origem, lhe foi hostil, poderia permitir ficar calado durante mais tempo, o apoio que a reacção europeia encontra nos escândalos provocados por essa sociedade, num momento em que a Internacional atravessa a crise mais séria desde a sua fundação, obrigaria o Conselho Geral a fazer a história de todas estas intrigas.

I

Após a queda da Comuna de Paris, o primeiro acto do Conselho Geral foi o de publicar o seu Manifesto sobre «a Guerra civil em França», no qual se tornou solidário de todos os actos da Comuna que, justamente nesse momento, serviam à burguesia, à imprensa e aos governos da Europa para cobrir com as calúnias mais infames os vencidos de Paris. Mesmo uma parte da classe operária não tinha ainda compreendido que a sua bandeira acabava de sucumbir. O Conselho adquiriu uma prova disso, entre outras, pelas demissões de dois dos seus membros, os cidadãos Odger e Lucraft, que repudiaram qualquer solidariedade com esse Manifesto. Pode dizer-se que da sua publicação em todos os países civilizados data a unidade de vistas da classe operária sobre os acontecimentos de Paris.

Por outro lado, a Internacional encontrou um meio de propaganda dos mais poderosos na imprensa burguesa e, sobretudo, na grande imprensa inglesa, forçada por este Manifesto a envolver-se numa polémica sustentada pelas réplicas do Conselho Geral.

A chegada a Londres de numerosos refugiados da Comuna obrigou o Conselho Geral a constituir-se em Comité de Socorro e a exercer durante mais de oito meses essa função, completamente fora das suas atribuições regulares. É desnecessário dizer que os vencidos e os exilados da Comuna nada tinham a esperar da burguesia. Quanto à classe operária, os pedidos de socorro vinham num momento difícil. A Suíça e a Bélgica tinham recebido já o seu contingente de refugiados que tinham de sustentar ou a quem tinham de facilitar a passagem para Londres. As somas recolhidas na Alemanha, na Áustria e em Espanha eram enviadas para a Suíça. Em Inglaterra, a grande luta pela jornada de 9 horas de trabalho, cuja batalha decisiva se travou em Newcastle,³ havia absorvido tanto as contribuições individuais dos operários como os fundos organizados de *Trade Unions*⁴, fundos que, de resto, segundo os próprios estatutos, não podem ser afectados senão às lutas de ofício. No entanto, por diligências e correspondências incessantes, o Conselho pôde reunir, em pequenas somas, o dinheiro que distribuía cada semana. Os operários americanos responderam mais largamente ao seu apelo. Ainda se o Conselho tivesse podido realizar os milhões que a imaginação aterrada da burguesia deposita tão generosamente no cofre-forte internacional!

Depois de Maio de 1871, um certo número de refugiados da Comuna foram chamados a substituir no Conselho o elemento francês que, em consequência da guerra, já aí se não encontrava representado. Entre os membros assim adjuntos, havia antigos internacionais e uma minoria

2 Aliança Internacional da Democracia Socialista.

3 Desde o fim dos anos 50, a jornada de trabalho de nove horas constituiu uma das reivindicações essenciais dos operários ingleses. Em Maio de 1871 os operários da construção civil e das construções mecânicas de Newcastle desencadearam uma grande greve dirigida pela Liga a favor da jornada de nove horas (*Nine Hour's League*) e que pela primeira vez associou à luta operários não sindicalizados. Barnett, presidente da Liga, pediu ao Conselho Geral da Internacional para impedir a entrada em Inglaterra de fura-greves, o que foi conseguido graças à acção enérgica do Conselho Geral. Em Outubro de 1871 a greve de Newcastle foi coroada de êxito: os operários obtinham a semana de trabalho de cinquenta e quatro horas.

4 Em inglês no texto: sindicatos. (Nota da edição portuguesa)

composta por homens conhecidos pela sua energia revolucionária, e cuja eleição foi uma homenagem prestada à Comuna de Paris.

É no meio destas preocupações que o Conselho tem de fazer os trabalhos preparatórios para a Conferência dos Delegados que acabava de convocar.⁵

As medidas violentas tomadas contra a Internacional pelo governo bonapartista tinham impedido a reunião do Congresso em Paris, prescrita pelo Congresso de Basileia⁶. Usando do direito conferido pelo artigo 4 dos estatutos, o Conselho Geral, na sua circular de 12 de Julho de 1871, convocou o Congresso para Mainz. Nas cartas dirigidas ao mesmo tempo às diferentes federações⁷, propôs-lhes transferir a sede do Conselho Geral de Inglaterra para um outro país e pediu que se munissem os delegados de mandatos imperativos a este propósito. As federações pronunciaram-se por unanimidade pela sua manutenção em Londres. A guerra franco-alemã, ao rebentar poucos dias depois, tornou qualquer congresso impossível. Foi então que as federações consultadas nos deram o poder de fixar a data do próximo congresso consoante os acontecimentos.

Logo que a situação política pareceu permiti-lo, o Conselho Geral convocou uma Conferência privada, convocação apoiada nos precedentes da Conferência de 1865⁸ e das sessões administrativas privadas de cada Congresso. Um Congresso público era impossível e apenas teria denunciado os delegados continentais num momento em que a reacção europeia celebrava as suas orgias; em que Jules Favre pedia a todos os governos, mesmo ao da Inglaterra, a extradição dos refugiados como criminosos de direito comum; em que Dufaure propunha à assembleia rural⁹ uma lei que punha a Internacional fora da lei¹⁰ e de que Malou, mais tarde, servia aos Belgas uma contrafacção hipócrita;

5 Em 25 de Julho de 1871, o Conselho Geral aprovou a proposta de Engels de convocar para Londres, em Setembro de 1871, uma conferência privada da Internacional. Desde então Marx e Engels efectuaram um grande trabalho, tanto no plano teórico como no plano organizativo, com vista à preparação da conferência: estabeleceram o programa de trabalhos e projectos de resoluções, que foram discutidos nas reuniões do Conselho Geral e depois propostos à Conferência de Londres.

A Conferência de Londres da I Internacional teve lugar entre 17 e 23 de Setembro de 1871. Foi convocada sob o clima de repressão brutal que se abateu sobre os membros da Internacional após a queda da Comuna de Paris, e o número de participantes foi bastante restrito: 22 delegados com voto deliberativo e 10 com voto consultivo. Os países que não puderam enviar delegados seus foram representados pelos secretários correspondentes do Conselho Geral. Marx representava a Alemanha, Engels a Itália. A questão da acção política da classe operária foi o principal tema dos trabalhos da Conferência de Londres e foi analisada em todos os aspectos nos discursos de Marx e Engels. A Conferência aprovou a resolução «*Sobre a Acção Política da Classe Operária*», cuja parte principal foi, por decisão do Congresso da Haia, incluída nos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores. Várias resoluções da Conferência visavam os bakuninistas, que tentavam cindir a Internacional.

6 Trata-se do Congresso de Basileia da Internacional, realizado em 6-11 de Setembro de 1869, no qual, a 10 de Setembro, foi aprovada a seguinte proposta dos partidários de Marx sobre a propriedade fundiária:

«1) A sociedade tem o direito de abolir a propriedade privada da terra e de a transformar em propriedade social.

«2) É indispensável abolir a propriedade privada da terra e transformá-la em Propriedade social.»

No Congresso foram também adoptadas resoluções sobre a unificação dos sindicatos à escala nacional e internacional e uma série de resoluções com vista ao reforço orgânico da Internacional e ao alargamento dos poderes do Conselho Geral.

7 K. Marx, Comunicação Confidencial a Todas as Secções.

8 Trata-se da Conferência de Londres, que se realizou de 25 a 29 de Setembro de 1865, com a participação de membros do Conselho Geral e dos dirigentes de diversas secções. A conferência ouviu o relatório do Conselho Geral, aprovou o seu balanço financeiro e a ordem de trabalhos do congresso seguinte. A Conferência de Londres, preparada e realizada sob a direcção de Marx, desempenhou um grande papel na época da constituição e organização da Internacional.

9 «Câmara de latifundiários», «assembleia de rurais»: designações desdenhosas da Assembleia Nacional de 1871, que se reuniu em Bordéus e que era composta na sua maioria por monárquicos reaccionários: latifundiários da província, funcionários, rentiers e negociantes, eleitos em círculos eleitorais rurais. Dos 630 deputados à Assembleia, cerca de 430 eram monárquicos.

10 A circular de J. Favre de 26 de Maio de 1871 prescrevia aos representantes diplomáticos franceses no estrangeiro que obtivessem dos governos europeus a prisão e a entrega dos refugiados da Comuna como simples criminosos de direito comum. Dufaure propôs um projecto de lei, elaborado por uma comissão especial da Assembleia Nacional francesa e aprovado a 14 de Março de 1872, que tornava passível de prisão a adesão à Internacional.

em que, na Suíça, um refugiado da Comuna era preso preventivamente, à espera da decisão do governo federal sobre o pedido de extradição; em que a caça aos Internacionais era a base ostensiva de uma aliança entre Beust e Bismarck, de que Vítor Manuel se apressou a adoptar a cláusula dirigida contra a Internacional; em que o governo espanhol, pondo-se inteiramente à disposição dos carrascos de Versalhes, forçava o Conselho Federal de Madrid a procurar refúgio em Portugal¹¹; no momento, enfim, em que a Internacional tinha como dever primeiro reestrear a sua organização e aceitar o desafio lançado pelos governos.

Todas as secções que tinham relações regulares com o Conselho Geral foram em tempo oportuno convocadas para a Conferência que, embora não sendo um Congresso público, encontrou sérias dificuldades. É desnecessário dizer que a França, no estado em que se encontrava, não podia eleger delegados. Na Itália, a única secção então organizada era a de Nápoles: no momento de nomear um delegado, foi dissolvida pela força armada. Na Áustria e na Hungria, os membros mais activos estavam na prisão. Na Alemanha, alguns dos membros mais conhecidos eram perseguidos por crime de alta traição, outros estavam na prisão e os meios pecuniários do partido estavam absorvidos pela necessidade de ajudar as suas famílias. Os Americanos, ao mesmo tempo que dirigiam à Conferência um Memorando pormenorizado sobre a situação da Internacional no seu país, empregaram os custos da delegação para apoio dos refugiados. De resto, todas as federações reconheceram a necessidade de substituir o Congresso público pela Conferência privada.

A Conferência, depois de ter reunido em Londres de 17 a 23 de Setembro de 1871, deixou ao Conselho Geral o cuidado de publicar as suas resoluções, de codificar os regulamentos administrativos e de os publicar com os Estatutos Gerais, revistos e corrigidos, em três línguas, de executar a resolução substituindo os cartões de membro por selos de adesão, de reorganizar a Internacional em Inglaterra¹² e, por último, de acorrer às despesas necessitadas por estes diversos trabalhos.

11 No Verão de 1871, Bismarck e Beust, chanceler da Áustria-Hungria, empreenderam diligências com vista a uma luta comum contra o movimento operário. A 17 de Junho de 1871, Bismarck enviou a Beust um memorando comunicando as medidas tomadas na Alemanha e em França contra a actividade da Internacional. A questão da luta comum contra a Internacional foi debatida no decorrer dos encontros dos imperadores alemão e austríaco em Gastein, em Agosto de 1871, e, em Setembro de 1871, em Salzburg. O governo italiano juntou-se à campanha geral contra a Internacional, ao proibir a secção de Nápoles em Agosto de 1871 e ao lançar perseguições contra os membros da Associação, designadamente T. Cuno.

No decurso da Primavera e do Verão de 1871, o governo espanhol decretou medidas de repressão contra as organizações operárias e as secções da Internacional. Mora, Morago e Lorenzo, membros do Conselho Federal Espanhol, tiveram de emigrar para Lisboa.

12 Por proposta de Marx, a Conferência de Londres encarregou o Conselho Geral de criar um Conselho Federal para a Inglaterra. Até ao Outono de 1871, essas funções eram desempenhadas pelo próprio Conselho Geral. Em Outubro de 1871, foi criado, com representantes das secções inglesas da Internacional, o Conselho Federal Britânico. Mas, desde o início surgiu na sua direcção um grupo de reformistas, conduzido por Hales, que desenvolveu uma luta contra o Conselho Geral e a sua política de internacionalismo proletário na questão irlandesa. Hales e outros fizeram bloco com os anarquistas suíços, com elementos reformistas burgueses nos Estados Unidos, etc. Após o Congresso da Haia, a parte reformista do Conselho Federal Britânico recusou-se a reconhecer as decisões do congresso e empreendeu, em combinação com os bakuninistas, uma campanha de calúnias contra o Conselho Geral e contra Marx. A outra parte do Conselho Federal Britânico apoiou energicamente Marx e Engels. No começo de Dezembro de 1872, o Conselho Federal Britânico cindiu-se; a parte que tinha permanecido fiel às decisões do Congresso da Haia constituiu-se em Conselho Federal Britânico e estabeleceu contactos directos com o Conselho Geral, cuja sede havia sido transferida para Nova Iorque. Os reformistas fracassaram nas suas tentativas para arrastar atrás de si a Federação Britânica da Internacional.

O Conselho Federal Britânico existiu de facto até 1874. Deixou de funcionar em ligação com a cessação da actividade da Internacional e também com a vitória provisória do oportunismo no movimento operário inglês.

Desde a publicação dos trabalhos da Conferência, a imprensa reaccionária, de Paris a Moscovo, de Londres a Nova Iorque, denunciou a resolução sobre a política da classe operária¹³ como encerrando desígnios tão perigosos — o *Times*¹⁴ acusou-a de «uma audácia friamente calculada» — que era urgente pôr fora da lei a Internacional. Por outro lado, a resolução que ajustava contas com as secções sectárias intrusas [*interlopes*]¹⁵ foi o pretexto para a polícia internacional à espreita reivindicar barulhentemente a liberdade autónoma dos operários, seus protegidos, contra o despotismo aviltante do Conselho Geral e da Conferência. A classe operária sentia-se tão «pesadamente oprimida» que o Conselho Geral recebeu da Europa, da América, da Austrália e mesmo das Índias Orientais adesões e anúncios de formação de novas secções.

II

As denúncias da imprensa burguesa assim como as lamentações da polícia internacional encontravam um eco simpático, mesmo na nossa Associação. Intrigas, dirigidas na aparência contra o Conselho Geral e na realidade contra a Associação, foram tramadas no seu seio. No fundo destas intrigas encontra-se a inevitável *Aliança Internacional da Democracia Socialista*, parida pelo Russo Mikhaíl Bakúnine. No seu regresso da Sibéria, pregou, no *Kolokol* de Herzen, como fruto da sua longa experiência, o pan-eslavismo e a guerra das raças.¹⁶ Mais tarde, durante a sua estada na Suíça, foi nomeado para o Comité director da «Liga da Paz e da Liberdade»¹⁷, fundada em oposição à Internacional. Como os negócios desta sociedade burguesa iam de mal a pior, o seu presidente, o Sr. G. Vogt, a conselho de Bakúnine, propôs uma aliança ao Congresso Internacional reunido em Bruxelas em Setembro de 1868.¹⁸ O Congresso declarou por unanimidade que das duas uma: ou a Liga perseguia o mesmo objectivo que a Internacional e, nesse caso, não tinha qualquer razão de ser ou o seu objectivo era diferente e, então, a aliança era impossível. No Congresso da Liga que se realizou em Berna alguns dias mais tarde, Bakúnine operou a sua conversão. Propôs aí um programa de ocasião cujo valor científico pode ser julgado por esta única frase: **a igualização económica e social das classes**¹⁹. Apoiado por uma minoria ínfima, rompeu com a Liga para entrar para a Internacional, determinado a substituir os estatutos gerais da Internacional pelo seu programa de circunstância, rejeitado pela Liga, e o Conselho Geral pela sua ditadura pessoal. Com este fim, criou para si próprio um instrumento especial, a *Aliança Internacional da Democracia Socialista*, destinada a tornar-se uma Internacional na Internacional.

13 Ver o Discurso Sobre a Acção Política da Classe Operária. (Nota da edição portuguesa.)

14 *The Times (Os Tempos)*; grande jornal inglês, de tendência conservadora; publica-se em Londres desde 1785.

15 Trata-se da resolução II da Conferência de Londres de 1871 *Designations of National Councils*, etc. (Designações de Conselhos Nacionais, etc), que impedia a admissão na Internacional de diversos grupos sectários.

16 Trata-se da proclamação de Bakúnine «*Aos amigos russos, polacos e todos os eslavos*», publicada em suplemento ao *Kólokol*, n.º 122-123, de 15 de Fevereiro de 1862.

Kólokol (O Sino): jornal revolucionário-democrata russo, editado entre 1857 e 1867 por Herzen e Ogariov em russo e em 1868-1869 em francês com suplementos em russo; publicou-se até 1865 em Londres e depois em Genebra.

17 Liga da Paz e da Liberdade: organização pacifista burguesa criada em 1867 na Suíça por vários republicanos burgueses e pequeno-burgueses e liberais.

18 O Congresso de Bruxelas da Internacional realizou-se entre 6 e 13 de Setembro de 1868. Marx participou directamente na preparação do Congresso, mas não assistiu a ele. No Congresso participaram 100 delegados, representando os operários da Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Suíça, Itália e Espanha. O Congresso adoptou uma decisão muito importante sobre a necessidade da passagem para a propriedade pública dos caminhos-de-ferro, do subsolo, das minas, das florestas e das terras aráveis. Esta decisão, que testemunhava que a maioria dos proudhonistas franceses e belgas havia adoptado as posições do colectivismo, marcou a vitória na Internacional das ideias do socialismo proletário sobre o reformismo pequeno-burguês. O Congresso adoptou igualmente as resoluções propostas por Marx sobre a jornada de trabalho de oito horas, sobre o emprego das máquinas, sobre a atitude em relação ao Congresso de Berna (1868) da Liga da Paz e da Liberdade, assim como a resolução proposta por Lessner, em nome da delegação alemã, recomendando aos operários de todos os países que estudassem *O Capital* de Marx, e contribuíssem para a sua tradução para outras línguas.

19 Trata-se da tentativa de Bakúnine para fazer adoptar no Congresso de Berna da Liga da Paz e da Liberdade, em Setembro de 1868, o confuso programa socialista de que era autor («igualização social e económica das classes») supressão do Estado e do direito de herança, etc). Tendo o seu projecto sido rejeitado pela maioria dos votos, Bakúnine abandonou a Liga da Paz e da Liberdade e fundou a Aliança Internacional da Democracia Socialista.

Bakúnine encontrou os elementos necessários para a formação dessa sociedade nas relações que tinha estabelecido durante a sua estada em Itália e num núcleo de russos exilados, que lhe serviam de emissários e de recrutadores entre os membros da Internacional na Suíça, em França e em Espanha. No entanto, foi só perante as recusas reiteradas dos Conselhos federais belga e parisiense em reconhecer a «*Aliança*» que ele se decidiu a submeter à aprovação do Conselho Geral os estatutos da sua nova sociedade, os quais não eram senão a reprodução fiel do programa «incompreendido» de Berna. O Conselho respondeu pela seguinte circular, com data de 22 de Dezembro de 1868:

O CONSELHO GERAL À ALIANÇA INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Há cerca de um mês que um certo número de cidadãos se constituiu em Genebra como **Comité Central Iniciador** de uma nova sociedade internacional, dita a «*Aliança Internacional da Democracia Socialista*», dando-se por «**missão especial** estudar as questões políticas e filosóficas na base mesma deste grande princípio da **igualdade**, etc...»

O programa e o regulamento impressos deste Comité iniciador só foram comunicados ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores em 15 de Dezembro de 1868. Segundo estes documentos, a dita Aliança está «inteiramente fundida na Internacional», ao mesmo tempo que está inteiramente fundada fora desta Associação. Ao lado do Conselho Geral da **Internacional**, eleito pelos Congressos sucessivos de Genebra²⁰, Lausanne²¹ e Bruxelas, haverá, segundo o regulamento iniciador, um outro Conselho Geral em Genebra que se nomeou a si próprio. Ao lado dos grupos locais da **Internacional**, haverá grupos locais da **Aliança** que, por intermédio dos seus *bureaux* nacionais funcionando fora dos *bureaux* nacionais da **Internacional**, «**solicitarão ao Bureau Central da Aliança a sua admissão na Internacional**», arrogando-se assim o Comité Central da **Aliança** o direito de admissão na **Internacional**. Em último lugar, o **Congresso Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores** encontrará ainda o seu duplo no **Congresso Geral da Aliança**, pois, diz o regulamento iniciador, no Congresso anual dos trabalhadores a delegação da Aliança Internacional da Democracia Socialista, como ramo da Associação Internacional dos Trabalhadores, «**realizará as suas sessões públicas num local separado**».

Considerando:

que a presença de um segundo corpo internacional funcionando dentro e fora da Associação Internacional dos Trabalhadores seria o meio mais infalível de a desorganizar;

que qualquer outro grupo de indivíduos residindo numa localidade qualquer teria o direito de imitar o Grupo iniciador de Genebra e, sob pretextos mais ou menos ostensivos, de fazer entrar para a Associação Internacional dos Trabalhadores outras associações internacionais com outras missões especiais;

20 O Congresso de Genebra da Internacional realizou-se de 3 a 8 de Setembro de 1866. A ele assistiram 60 delegados do Conselho Geral, das secções e de associações operárias da Inglaterra, França, Alemanha e Suíça. As Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões, redigidas por Marx, foram aí apresentadas como relatório oficial do Conselho Geral. A maior parte dos seus pontos, apesar da oposição dos proudhonistas que participavam no Congresso, foram aprovados como resoluções do Congresso. Este aprovou igualmente os Estatutos e o Regulamento da Associação Internacional dos Trabalhadores.

21 O Congresso de Lausanne da Internacional realizou-se entre 2 e 8 de Setembro de 1867. Nele foi apresentado o relatório do Conselho Geral e relatórios de diferentes delegados locais, que testemunhavam o reforço da organização da Internacional em diversos países. Contra o Conselho Geral, os proudhonistas impuseram ao Congresso a sua ordem de trabalhos: foram novamente discutidas as questões da cooperação, do trabalho feminino, da educação, assim como uma série de questões menores, que desviaram a atenção do Congresso da discussão das questões realmente vitais propostas pelo Conselho Geral. Os proudhonistas conseguiram fazer adoptar várias resoluções suas. Contudo, não conseguiram tomar a direcção da Internacional. O Congresso reelegeu o Conselho Geral com a sua anterior composição e conservou a sua sede em Londres.

que, desta maneira, a Associação Internacional dos Trabalhadores se tornaria em breve o joguete de intriguistas de qualquer nacionalidade e de qualquer partido;

que, além disso, os estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores não admitem no seu quadro senão ramos locais e ramos nacionais (ver o art. I e o art. VI dos estatutos);

que é proibido às Secções da Associação Internacional dos Trabalhadores darem-se estatutos e regulamentos administrativos contrários aos estatutos gerais e aos regulamentos administrativos da Associação Internacional dos Trabalhadores (ver o art. XII dos regulamentos administrativos);

que os estatutos e os regulamentos administrativos da Associação Internacional dos Trabalhadores não podem ser revistos senão por um Congresso Geral em que dois terços dos delegados presentes votassem a favor de uma tal revisão (ver o art. XIII dos regulamentos administrativos);

que a questão foi prejudicada pelas resoluções contra a **Liga da Paz**, adoptadas por unanimidade no Congresso Geral de Bruxelas;

que nessas resoluções o Congresso declara que a **Liga da Paz** não tinha qualquer razão de ser, uma vez que, segundo as suas declarações recentes, o seu objectivo e os seus princípios eram idênticos aos da Associação Internacional dos Trabalhadores;

que vários membros do Grupo Iniciador da Aliança na sua qualidade de delegados ao Congresso de Bruxelas votaram essas resoluções;

O Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, na sua sessão de 22 de Dezembro de 1868, resolveu por unanimidade:

1. Todos os artigos do Regulamento da Aliança Internacional da Democracia Socialista, estatuindo sobre as suas relações com a Associação Internacional dos Trabalhadores, são declarados nulos e sem efeito;

2. A Aliança Internacional da Democracia Socialista não é admitida como ramo da Associação Internacional dos Trabalhadores.

G. Odger, presidente da sessão; R. Shaw, secretário-geral
Londres, 22 de Dezembro de 1868.

Alguns meses depois, a Aliança dirigiu-se de novo ao Conselho Geral e perguntou-lhe se, **sim ou não**, ele admitia os **princípios** dela. Em caso afirmativo, a Aliança declarava-se pronta a dissolver-se em secções internacionais²². Recebeu em resposta a seguinte circular, de 9 de Março de 1869:

O CONSELHO GERAL AO COMITÉ CENTRAL DA ALIANÇA INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Segundo o artigo I dos nossos Estatutos, a Associação admite todas as sociedades operárias que aspirem ao mesmo objectivo, a saber: **o concurso mútuo, o progresso e a emancipação completa da classe operária**.

Encontrando-se as secções da classe operária colocadas nos diversos países em condições diversas de desenvolvimento, segue-se necessariamente que as suas opiniões teóricas, que reflectem o movimento real, também são divergentes.

No entanto, a comunidade de acção estabelecida pela Associação Internacional dos Trabalhadores, a troca das ideias facilitada pela publicidade feita pelos órgãos das diferentes secções nacionais, enfim, as discussões directas nos Congressos Gerais, não deixarão de gerar gradualmente um programa teórico comum.

²² No presente texto, «internacionais» e «internacional» têm por vezes o sentido de «da Internacional» ou «membros da Internacional». (Nota da edição portuguesa .)

Deste modo, está fora das funções do Conselho Geral fazer o **exame crítico do Programa da Aliança**. Não temos de investigar se **sim ou não** ele é uma expressão adequada do movimento proletário. Para nós, trata-se apenas de saber se ele não contém nada de contrário à **tendência geral da nossa Associação**, isto é, a **emancipação completa da classe operária**. Há uma frase no vosso programa que, deste ponto de vista, falha. No artigo 2, lê-se:

«Ela» (a Aliança) «quer antes do mais a igualização política, económica e social das Classes.»

A **igualização das Classes**, interpretada literalmente, resulta na **harmonia do Capital e do Trabalho**, tão importunamente pregada pelos socialistas burgueses. Não é a **igualização das Classes** — contra-senso lógico, impossível de realizar — mas, pelo contrário, a **abolição das Classes**, esse verdadeiro segredo do movimento do proletário, que forma o grande objectivo da **Associação Internacional dos Trabalhadores**. No entanto, considerando o contexto em que essa frase — **Igualização das Classes** — se encontra, ela parece ter-se introduzido aí como um simples erro de pena. O Conselho Geral não duvida de que quereis de facto eliminar do vosso programa uma frase que se presta a mal-entendidos tão perigosos. Com reserva dos casos em que a tendência geral da nossa Associação seria contradita, corresponde aos seus princípios deixar a cada secção formular livremente o seu programa teórico.

Não existe, portanto, qualquer obstáculo para a **conversão** das secções da Aliança em secções da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Se a **dissolução da Aliança e a entrada das secções para a Internacional** fossem definitivamente decididas, tornar-se-ia necessário, segundo os nossos regulamentos, **informar o Conselho do lugar e da força numérica de cada nova secção**.

*Sessão do Conselho Geral
de 9 de Março de 1869.*

A Aliança, tendo aceite estas condições, foi admitida na Internacional pelo Conselho Geral que, induzido em erro por algumas assinaturas do programa Bakúnine, a supôs como reconhecida pelo Comité Federal romando de Genebra que, pelo contrário, nunca deixou de a manter à margem. Doravante ela tinha atingido o seu objectivo imediato: fazer-se representar no Congresso de Basileia. A despeito dos meios desleais de que os seus partidários se serviram — meios empregues nessa ocasião, e só dessa vez, num Congresso da Internacional —, Bakúnine ficou decepcionado na sua expectativa de ver o Congresso transferir para Genebra a sede do Conselho Geral e sancionar oficialmente a velharia saint-simoniana, a abolição imediata do direito de herança, de que Bakúnine tinha feito o ponto de partida prático do socialismo. Foi o sinal para a guerra aberta e incessante que a Aliança fez, não apenas ao Conselho Geral mas ainda a todas as secções da Internacional, que recusaram adoptar o programa dessa capelinha sectária e, sobretudo, a doutrina da abstenção absoluta em matéria política.

Já antes do Congresso de Basileia, tendo Netcháev vindo a Genebra, Bakúnine entrou em relações com ele e fundou na Rússia uma sociedade secreta entre os estudantes. Escondendo sempre a sua própria pessoa sob o nome de diferentes «comités revolucionários», reivindicou poderes autocráticos, eivados de todos os embustes e mistificações do tempo de Cagliostro. O grande meio de propaganda dessa sociedade consistia em comprometer pessoas inocentes perante a policia russa, dirigindo-lhes de Genebra comunicações em envelopes amarelos, revestidos no exterior, em língua russa, da estampilha do «comité revolucionário secreto». Os relatos públicos do processo Netcháev provam que foi feito um abuso infame do nome da Internacional²³.

23 Um extracto do processo Netcháev será publicado proximamente. O leitor encontrará aí uma amostra das máximas ao mesmo tempo idiotas e infames, cuja responsabilidade os amigos de Bakúnine fizeram pesar sobre a

A Aliança começou nesse tempo uma polémica pública contra o Conselho Geral, primeiro no *Progrès*²⁴ de Locle, depois no *Egalité*²⁵ de Genebra, jornal oficial da federação romanda, onde se tinham infiltrado alguns membros da Aliança na esteira de Bakúnine. O Conselho Geral, que havia desdenhado os ataques do *Progrès*, órgão pessoal de Bakúnine, não podia ignorar os do *Egalité*, que devia crer aprovados pelo Comité federal romando. Publicou então a circular de 1 de Janeiro de 1870²⁶, onde se diz: «Lemos no *Egalité*, n.º de 11 de Dezembro de 1869:

« *"É certo que o Conselho Geral descara coisas extremamente importantes. Lembramos-lhe as suas obrigações, com o artigo primeiro do regulamento: — O Conselho Geral é obrigado a executar as resoluções do Congresso, etc.... Teríamos perguntas suficientes a fazer ao Conselho Geral para que as suas respostas constituíssem um boletim bastante longo. Elas virão mais tarde... Aguardando, etc..."*

«O Conselho Geral não conhece qualquer artigo, quer nos estatutos quer nos regulamentos, que o obrigue a entrar em correspondência ou em polémica com o *Egalité* ou a dar "respostas às perguntas" dos jornais. Só o Comité federal de Genebra representa, perante o Conselho Geral, os ramos da Suíça romanda. Quando o Comité federal romando nos dirigir pedidos ou reprimendas pela única via legítima, isto é, pelo seu secretário, o Conselho Geral estará sempre pronto a responder. Mas o Comité federal romando não tem o direito nem de abdicar das suas funções nas mãos dos redactores do *Egalité* e do *Progrès* nem de deixar esses jornais usurpar as suas funções. De um modo geral a correspondência administrativa do Conselho Geral com os comités nacionais e locais não poderia ser publicada sem trazer um grande prejuízo ao interesse geral da Associação. Portanto, se os outros órgãos da Internacional imitassem o *Progrès* e o *Egalité*, o Conselho Geral ver-se-ia colocado na alternativa ou de se desacreditar perante o público calando-se ou de violar os seus deveres respondendo publicamente. O *Egalité* juntou-se ao *Progrès* para convidar o *Travail*²⁷ (jornal parisiense) a pelo seu lado atacar o Conselho Geral. É quase uma Liga do bem público²⁸.»

No entanto, antes de ter conhecimento desta circular, o Comité federal romando tinha já afastado da redacção do *Egalité* os partidários da Aliança.

Internacional. (Nota dos Autores.)

Processo Netcháev: processo contra estudantes acusados de actividade revolucionária secreta, julgado em Sampetersburgo em Julho-Agosto de 1871. Netcháev estabeleceu, já em 1869, relações com Bakúnine e desenvolveu actividade para criar em diversas cidades da Rússia a organização conspirativa Naródnaia Rasprava (Represália do Povo), que defendia as ideias anarquistas da «destruição total». Jovens estudantes de tendências revolucionárias e representantes dos raznotchínets (intelectuais não pertencentes à nobreza), aderiam a esta organização atraídos pela sua crítica aguda do regime tsarista e pelos apelos à luta decidida contra ele. Utilizando o mandato de representante da União Revolucionária Europeia que recebera de Bakúnine, Netcháev procurava fazer-se passar por representante da Internacional, induzindo assim em erro os membros da organização por si criada. Em 1871 a organização foi desmantelada, e no processo intentado contra ela revelaram-se os métodos aventureiristas empregados por Netcháev para atingir os seus objectivos.

A Conferência de Londres encarregou Útine de elaborar um relatório sucinto sobre o processo. Em vez do relatório, Útine enviou a Marx, em fins de Agosto de 1872, para o Congresso da Haia, um longo relatório confidencial sobre a actividade hostil à Associação Internacional dos Trabalhadores de Bakúnine e de Netcháev.

24 *Le Progrès (O Progresso)*: jornal bakuninista; publicou-se em francês em Locle, de Dezembro de 1868 a Abril de 1870, sob a direcção de Guillaume.

25 *L'Egalité (A Igualdade)*: semanário suíço, órgão da Federação Romanda da Internacional. Publicou-se em Genebra, em francês, de Dezembro de 1868 a Dezembro de 1872. O jornal esteve durante um certo tempo sob a influência de Bakúnine. Em Janeiro de 1870, o Conselho Federal Romando conseguiu que os bakuninistas saíssem da redacção, após o que o jornal passou a apoiar a linha do Conselho Geral.

26 Ver K. Marx, *O Conselho Geral ao Conselho Federal da Suíça Romanda*.

27 *Le Travail (O Trabalho)*: semanário francês, órgão das secções parisienses da Internacional; publicou-se de 3 de Outubro a 12 de Dezembro de 1869 em Paris.

28 *Ligue du bien public* (Liga do Bem Público): união da nobreza feudal, fundada nos finais de 1464 em França e dirigida contra a política de Luís XI de unificação da França num Estado centralizado. Os participantes na Liga afirmavam combater pelo «bem público» da França.

A circular de 1 de Janeiro de 1870, assim como a de 22 de Dezembro de 1868 e a de 9 de Março de 1869, foram aprovadas por todas as secções da Internacional.

É desnecessário dizer que nenhuma das condições aceites pela Aliança alguma vez foi cumprida. As suas pretensas secções permaneciam um mistério para o Conselho Geral. Bakúnine procurava manter sob a sua direcção pessoal os poucos grupos esparsos em Espanha e em Itália e a secção de Nápoles que ele tinha desligado da Internacional. Nas outras cidades italianas, correspondia-se com pequenos núcleos, compostos não de operários mas de advogados, de jornalistas e outros burgueses doutrinários. Em Barcelona, alguns amigos mantinham a sua influência. Em algumas cidades do Sul da França, a Aliança esforçava-se por fundar secções separatistas sob a direcção de Albert Richard e de Gaspard Blanc, de Lyon, aos quais ainda teremos de voltar. Numa palavra, a sociedade internacional na Internacional continuava a agitar-se.

O grande golpe da Aliança, a tentativa para se apoderar da direcção da Suíça romanda, devia ser vibrado no Congresso de La Chaux-de-Fonds, aberto a 4 de Abril de 1870.

A luta travou-se a propósito do direito de admissão dos delegados da Aliança, direito contestado pelos delegados da Federação genebrina e das secções de La Chaux-de-Fonds.

Ainda que, segundo o seu próprio recenseamento, os partidários da Aliança não fossem senão a representação de um quinto dos membros da federação conseguiram, graças à repetição das manobras de Basileia, arranjar uma maioria fictícia de um ou dois votos, maioria que, no dizer do seu próprio órgão (ver *Solidarité*²⁹ de 7 de Maio de 1870), não representava senão **quinze** secções, enquanto só em Genebra, havia trinta! A propósito desta votação o Congresso romando dividiu-se em dois partidos que continuaram as suas sessões separadamente. Os partidários da Aliança, considerando-se como os representantes legais de toda a federação, transferiram a sede do Comité federal romando para La Chaux-de-Fonds e fundaram em Neuchâtel o seu órgão oficial, o *Solidarité*, redigido pelo cidadão Guillaume. Este jovem escritor tinha por missão especial difamar «os operários de fábrica»³⁰ de Genebra, esses odiosos «burgueses», fazer guerra ao *Egalité*, jornal da federação romanda, e pregar a abstenção absoluta em matéria política. Os artigos mais marcantes relativos a este último assunto tiveram por autores, em Marselha, Bastelica e, em Lyon, os dois grandes pilares da Aliança: Albert Richard e Gaspard Blanc.

No seu regresso, os delegados de Genebra convocaram as suas secções para uma assembleia geral que, apesar da oposição de Bakúnine e dos seus amigos, aprovou os seus actos no Congresso de La Chaux-de-Fonds. Daí a algum tempo, Bakúnine e os seus acólitos mais activos foram excluídos da antiga federação romanda.

Mal o Congresso romando se tinha encerrado, já o novo Comité de La Chaux-de-Fonds apelava para a intervenção do Conselho Geral numa carta assinada F. Robert, secretário, e Henri Chevalley, presidente, denunciado dois meses mais tarde como **ladroão** pelo órgão do Comité, o *Solidarité* de 7 de Julho. Depois de ter examinado as peças justificativas das duas partes, o Conselho Geral decidiu, a 28 de Junho de 1870, manter o Comité federal de Genebra nas suas antigas funções e convidar o novo Comité federal de La Chaux-de-Fonds a tomar um nome local. Perante esta decisão, que frustrava os seus desejos, o Comité de La Chaux-de-Fonds denunciou o **autoritarismo** do Conselho Geral, esquecendo que tinha sido ele o primeiro a pedir a sua intervenção. A perturbação que a sua persistência em usurpar o nome do Comité federal romando lançava na federação suíça obrigou o Conselho Geral a suspender quaisquer relações oficiais com esse Comité.

29 *La Solidarité (A Solidariedade)*: diário bakunista publicado em francês em Neuchâtel (de Abril a Setembro de 1870) e em Genebra (de Março a Maio de 1871).

30 Fábrica: na época designava-se por este termo a produção de relógios e de artigos de ourivesaria em grandes e pequenas manufacturas de Genebra e dos seus arredores e também por operários que trabalhavam em casa.

Louis Bonaparte acabava de entregar o seu exército em Sedan³¹. De toda a parte se elevaram os protestos dos Internacionais contra a continuação da guerra. O Conselho Geral, no seu manifesto de 9 de Setembro, denunciando os projectos de conquista da Prússia, mostrava o perigo do seu triunfo para a causa do proletário e predizia aos operários alemães que eles seriam disso as primeiras vítimas. Provocava em Inglaterra *meetings*³² que contrariaram as tendências prussianas da corte. Na Alemanha, os operários internacionais fizeram manifestações reclamando o reconhecimento, da República e «uma paz honrosa para a França...»

Pelo seu lado, a natureza belicosa do fervilhante Guillaume (de Neuchâtel) sugeriu-lhe a ideia luminosa de um manifesto **anónimo**, publicado em suplemento e a coberto do jornal oficial *Solidarité*³³ pedindo a formação de corpos-francos suíços para irem combater os Prussianos, o que ele sempre foi impedido de fazer, sem qualquer dúvida, pelas suas convicções abstencionistas.

Sobreveio a insurreição de Lyon³⁴. Bakúnine acorreu e, apoiado em Albert Richard, Gaspard Blanc e Bastelica, instalou-se, a 28 de Setembro, na Câmara Municipal, cujos acessos se *absteve* de guardar como de um acto político. Foi lastimosamente expulso de lá por alguns guardas nacionais no momento em que, após um parto laborioso, o seu decreto sobre a **abolição do Estado** acabava enfim de ver a luz do dia.

Em Outubro de 1870, o Conselho Geral, na ausência dos seus membros franceses, associou a si o cidadão Paul Robin, refugiado de Brest, um dos partidários mais conhecidos da Aliança e, para mais, autor dos ataques lançados no *Egalité* contra o Conselho Geral onde, a partir desse momento, não deixou de funcionar como correspondente oficioso do Comité de La Chaux-de-Fonds. Em 14 de Março de 1871, propôs a convocação de uma Conferência privada da Internacional para arrumar o diferendo suíço. O Conselho, prevendo que grandes acontecimentos se preparavam em Paris, recusou de pronto. Robin voltou à carga por várias vezes e propôs mesmo ao Conselho que tomasse uma decisão definitiva sobre o diferendo. A 25 de Julho, o Conselho Geral decidiu que esse assunto seria uma das questões submetidas à Conferência a ser convocada para o mês de Setembro de 1871.

A 10 de Agosto, a Aliança, pouco desejosa de ver as suas actuações perscrutadas por uma Conferência, declarava que estava dissolvida a partir de 6 do mesmo mês. Mas, a 15 de Setembro, reaparece e pede a sua admissão ao Conselho sob o nome de **Secção dos Ateus Socialistas**. Segundo a resolução administrativa n.º V do Congresso de Basileia, o Conselho não teria podido admiti-la sem ter consultado o Comité federal de Genebra que estava cansado de dois anos de luta com as secções sectárias. Aliás, o Conselho havia já declarado às sociedades operárias cristãs inglesas (*Young Men's Christian Association*)³⁵ que a Internacional não reconhece secções teológicas.

A 6 de Agosto, data da dissolução da Aliança, o Comité federal de La Chaux-de-Fonds, ao mesmo tempo que renova o seu pedido de entrar em relações oficiais com o Conselho, declara-lhe que continuará a ignorar a resolução de 28 de Junho e a afirmar-se, face a Genebra, como Comité

31 A 2 de Setembro o exército francês foi derrotado em Sedan e feito prisioneiro, juntamente com o imperador. Entre 5 de Setembro de 1870 e 19 de Março de 1871 Napoleão III e os comandantes do exército estiveram presos em Wilhelmshöle (perto de Kassel), num castelo do rei da Prússia. A catástrofe de Sedan acelerou a derrocada do Segundo Império e levou à proclamação da república em França a 4 de Setembro de 1870. Foi formado um novo governo, o chamado «governo da defesa nacional».

32 Em inglês no texto: comícios. (Nota da edição portuguesa.)

33 Trata-se do apelo «*As secções da Internacional*», de 5 de Setembro de 1870, redigido pelos bakuninistas J. Guillaume e G. Blanc e publicado em Neuchâtel como suplemento ao n.º 22 do jornal *La Solidarité*.

34 A insurreição de Lyon começou em 4 de Setembro de 1870, quando se soube da notícia da derrota de Sedan. Chegado a Lyon em 15 de Setembro, Bakúnine tentou tomar nas suas mãos a direcção do movimento e realizar o seu programa anarquista. Em 28 de Setembro os anarquistas tentaram levar a cabo um golpe de Estado. A tentativa fracassou por falta de um plano definido de acção e de ligações de Bakúnine e dos anarquistas com os operários.

35 Associação dos Jovens Cristãos. (Nota da edição portuguesa.)

federal romando; e «que é ao Congresso Geral que pertence julgar este assunto». A 4 de Setembro, o mesmo Comité enviou um protesto contra a competência da Conferência, da qual, todavia, tinha sido o primeiro a pedir a convocação. A Conferência teria podido perguntar, por sua vez, qual era a competência do Conselho federal de Paris, que esse Comité tinha requerido, antes do cerco, que decidisse sobre o diferendo suíço³⁶. Contentou-se em confirmar a decisão do Conselho Geral de 28 de Junho de 1870. (Ver os motivos no *Egalité* de Genebra de 21 de Outubro de 1870.

III

A presença na Suíça de alguns dos proscritos franceses que aí tinham encontrado refúgio veio dar outra vez um vislumbre de vida à Aliança.

Os internacionais de Genebra fizeram pelos proscritos tudo o que estava ao seu alcance. Asseguraram-lhes socorros desde o primeiro momento e impediram, por uma agitação poderosa, as autoridades suíças de conceder a extradição dos refugiados, reclamada pelo governo de Versalhes. Muitos correram graves perigos ao irem a França ajudar refugiados a alcançarem a fronteira. Qual não foi, pois, o espanto dos operários genebrinos ao verem alguns dirigentes, tais como B. Malon³⁷ porem-se imediatamente em relação com os homens da Aliança e com a ajuda de N. Júkovski, ex-secretário da Aliança, tentarem fundar, em Genebra, fora da federação romanda, a nova «Secção de Propaganda e de Acção Revolucionária Socialista³⁸». No primeiro artigo dos seus estatutos ela

«declara aderir aos estatutos gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores, reservando-se toda a liberdade de acção e de iniciativa que lhe é dada como consequência lógica do princípio de autonomia e de federação reconhecido pelos estatutos e pelos Congressos da Associação».

Noutros termos, ela reservou-se toda a liberdade de continuar a obra da Aliança.

Numa carta de Malon, de 20 de Outubro de 1871, esta nova secção dirigiu ao Conselho Geral pela terceira vez o pedido da sua admissão na Internacional. Em conformidade com a resolução V do Congresso de Basileia, o Conselho consultou o Comité federal de Genebra, que protestou vivamente contra o reconhecimento pelo Conselho desse novo «foco de intrigas e de dissensões». O Conselho foi, com efeito, suficientemente «autoritário» para não querer impor a toda uma federação as vontades de B. Malon e de N. Júkovski, ex-secretário da Aliança.

36 Em Abril de 1870 o bakunista Paul Robin propôs ao Conselho Federal de Paris que reconhecesse o Comité Federal formado pelos anarquistas no Congresso de La Chaux-de-Fonds como Comité Federal romando. Depois de o Conselho Geral ter explicado aos membros do Conselho Federal de Paris o sentido da cisão na Suíça, este resolveu que não tinha o direito de se imiscuir neste assunto, que era da competência do Conselho Geral.

37 Os amigos de B. Malon que, num reclamo estereotipado, lhe chamam, desde há três meses, **fundador da Internacional**, que anunciam o seu livro [B. Malon, *La troisième défaite du prolétariat français (A Terceira Derrota do Proletariado Francês)*, Neuchâtel, 1871] como a **única obra independente sobre a Comuna**, sabem eles da atitude tomada pelo adjunto das Batignolles na véspera das eleições de Fevereiro? Nesta época, B. Malon, que não previa ainda a Comuna e que não tinha em vista senão o sucesso da sua eleição para a Assembleia, fez intrigas para ser admitido na lista dos quatro comités como Internacional. Com este objectivo, negou descaradamente a existência do Conselho federal parisiense e submeteu aos comités a lista de uma secção fundada por ele nas Batignolles, como emanando de toda a Associação. — Mais tarde, em 19 de Março, insultava num documento público os promotores da grande Revolução realizada na véspera. — Hoje, este anarquista dos sete costados imprime ou deixa imprimir aquilo que dizia há já um ano aos quatro comités: A Internacional, sou eu! B. Malon encontrou maneira de parodiar, ao mesmo tempo, Luís XIV e o chocolateiro Preron. Só que este não declara que o seu chocolate é o **único...** comestível! (Nota dos Autores.)

38 A Secção de Propaganda e de Acção Revolucionária Socialista foi criada em 6 de Setembro de 1871 para substituir a secção de Genebra, Aliança da Democracia Socialista, dissolvida em Agosto. Para além de antigos membros da secção, como Júkovski, Perron, etc, participaram na sua organização alguns exilados franceses, nomeadamente Jules Guesdes e Benoit Malon.

Tendo o *Solidarité* deixado de existir, os novos aderentes da Aliança fundaram *La Révolution Sociale*³⁹ sob a superior direcção de Madame Andrée Léo que, no Congresso da Paz em Lausanne, acabava de declarar que

«Raoul Rigault e Ferré eram as duas figuras sinistras da Comuna que até aí» (até à execução dos reféns) «não tinham deixado, sempre em vão, de reclamar medidas sangrentas».

Desde o seu primeiro número, apressou-se a pôr-se ao nível do *Figaro*, do *Gaulois*, do *Paris-Journal*⁴⁰ e outros órgãos sujos, cujas porcarias contra o Conselho Geral reeditou. O momento pareceu-lhe oportuno para acender, mesmo na Internacional, o fogo dos ódios nacionais. Segundo ele, o Conselho Geral era um comité alemão, dirigido por um cérebro bismarckiano⁴¹.

Depois de ter bem estabelecido que certos membros do Conselho Geral se não podiam vangloriar de serem «**Gauleses antes de tudo**», a *Révolution Sociale* não soube senão apropriar-se da segunda palavra de ordem que a polícia europeia fazia circular e denunciar o **autoritarismo** do Conselho.

Quais eram, portanto, os factos em que se apoiavam estas berrarias pueris? O Conselho Geral tinha deixado morrer a Aliança de morte natural e, de acordo com o Comité federal de Genebra, tinha impedido a sua ressurreição. Além disso, tinha requerido ao Comité de La Chaux-de-Fonds que tomasse um nome que lhe permitisse viver em paz com a grande maioria dos Internacionais romandos.

Fora destes actos «autoritários», que uso tinha feito o Conselho Geral, desde Outubro de 1869 até Outubro de 1871, dos poderes bastante extensos que o Congresso de Basileia lhe tinha conferido?

1) A 8 de Fevereiro de 1870, a «sociedade dos proletários positivistas» de Paris pediu ao Conselho Geral a sua admissão. O Conselho respondeu que os princípios positivistas dizendo respeito ao capital, enunciados nos estatutos particulares da sociedade, estavam em flagrante contradição com os considerandos dos estatutos gerais⁴²; que era, portanto, preciso riscá-los e entrar na Internacional, não como «positivistas» mas como «proletários», permanecendo ao mesmo tempo livres de conciliar as suas opiniões teóricas com os princípios gerais da Associação. A secção tendo reconhecido a justeza desta decisão, entrou na Internacional.

2) Em Lyon, tinha havido uma cisão entre a secção de 1865 e uma secção de formação recente em que, no meio de operários honestos, a Aliança estava representada por Albert Richard e Gaspard Blanc. Como é de uso em casos semelhantes, a sentença de um tribunal de arbitragem, formado na Suíça, não foi reconhecida. A 15 de Fevereiro de 1870, a secção de formação recente não só pediu ao Conselho Geral para estatuir sobre este diferendo em virtude da resolução vil do Congresso de Basileia, como lhe enviou uma sentença já pronta, excluindo e infamando os membros da secção de 1865, sentença que ele deveria assinar e devolver **na volta do correio**. O Conselho censurou este procedimento inaudito e requereu peças justificativas. Ao mesmo pedido, a secção de 1865 respondeu que tendo as peças de acusação contra Albert Richard sido submetidas ao tribunal de

39 *La Révolution Sociale (A Revolução Social)*: diário publicado em Genebra, em francês, de Outubro de 1871 a Janeiro de 1872; desde Novembro de 1871, órgão oficial da Federação do Jura, anarquista.

40 *Le Figaro (O Fígaro)*: jornal reaccionário francês; publica-se em Paris desde 1854. Esteve ligado ao governo do Segundo Império.

Le Gaulois (O Gaulês): diário de tendência monárquica conservadora, órgão da grande burguesia e da aristocracia. Publicou-se em Paris de 1867 a 1929.

Paris-Journal (Paris-Jornal): diário reaccionário, ligado à polícia; foi editado por Henri de Pene em Paris de 1868 a 1874. Difundia calúnias grosseiras contra Internacional e a Comuna de Paris.

41 Eis qual a composição, por nacionalidades, deste Conselho: 20 Ingleses, 15 Franceses, 7 Alemães (em que cinco são fundadores da Internacional), dois Suíços, dois Húngaros, um Polaco, um Belga, um Irlandês, um Dinamarquês e um Italiano. (Nota dos Autores.)

42 Ver Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores. (Nota da edição portuguesa.)

arbitragem, Bakúnine se tinha apropriado delas e se recusava a devolvê-las e que, por conseguinte, ela não podia satisfazer de uma maneira absoluta os desejos do Conselho Geral. A decisão do Conselho sobre este assunto, com data de 8 de Março, não levantou qualquer objecção nem de um lado nem do outro.

3) Tendo o ramo francês de Londres admitido elementos de um carácter mais do que duvidoso, tinha-se pouco a pouco transformado numa comandita do Sr. Félix Pyat. Servia-lhe para organizar manifestações comprometedoras a favor do assassinato de L. Bonaparte, etc, e para propagar em França, a coberto da Internacional, os seus ridículos manifestos. O Conselho Geral limitou-se a declarar nos órgãos da Associação que, não sendo o Sr. Pyat membro da Internacional, ela não podia ser responsável pelos actos dele. O ramo francês declarou então que não reconhecia nem o Conselho Geral nem os Congressos: mandou afixar nas paredes de Londres que fora dela a Internacional era uma sociedade anti-revolucionária. A prisão dos internacionais franceses, na véspera do plebiscito⁴³, sob o pretexto de uma conspiração, urdida na realidade pela polícia, e à qual os manifestos pyatistas deram um ar de verosimilhança, forçou o Conselho Geral a publicar na *Marseillaise*⁴⁴ e no *Réveil*⁴⁵ a sua resolução de 10 de Maio de 1870, declarando que o pretenso ramo francês já não pertencia à Internacional há mais de dois anos e que as suas actuações eram obra de agentes policiais. A necessidade desta diligência está provada pela declaração do Comité federal de Paris, nos mesmos jornais, e pela dos Internacionais parisienses aquando dos seus processos — apoiando-se ambas na resolução do Conselho. O ramo francês desapareceu no começo da guerra, mas, tal como a Aliança na Suíça, viria a reaparecer em Londres com novos aliados e sob outros nomes.

Nos últimos dias da Conferência, formou-se em Londres, entre os proscritos da Comuna, uma «secção francesa de 1871» com cerca de 35 membros. O primeiro acto «autoritário» do Conselho Geral foi denunciar publicamente o secretário dessa secção, Gustave Durand, como espião da polícia francesa. Os documentos que possuímos provam a intenção da polícia de fazer com que Durand assistisse primeiro à conferência e de o introduzir mais tarde no seio do Conselho Geral. Impondo os estatutos da nova secção aos seus membros «que não aceitassem qualquer delegação para o Conselho Geral que não fosse a da sua secção», os cidadãos Theisz e Bastelica retiraram-se do Conselho.

A 17 de Outubro, a secção delegou para o Conselho dois dos seus membros, portadores de mandatos imperativos, não sendo um deles senão o Sr. Chautard, ex-membro do comité de artilharia que o Conselho declinou associar a si antes de ter examinado os estatutos da «secção de 1871»⁴⁶.

43 O plebiscito foi organizado por Napoleão III em Maio de 1870, pretensamente para que as massas populares manifestassem a sua posição em relação ao império. As questões colocadas à votação estavam formuladas de tal modo que não era possível desaprovar a política do Segundo Império sem exprimir uma opinião contrária a todas as reformas democráticas. As secções da I Internacional em França desmascararam esta manobra demagógica e propuseram aos seus membros que se abstivessem da votação. Na véspera do plebiscito os membros da Federação de Paris foram presos sob a acusação de conspirarem para matar Napoleão III; a acusação foi utilizada pelo governo para organizar uma vasta campanha de perseguições contra os membros da Internacional em diferentes cidades da França. No julgamento dos membros da Federação de Paris, que decorreu de 22 de Junho a 5 de Julho de 1870, foi completamente demonstrada a falsidade da acusação de conspiração; no entanto vários membros da Internacional foram condenados a penas de prisão apenas por pertencerem à Associação Internacional dos Trabalhadores. As perseguições à Internacional em França provocaram protestos maciços por parte da classe operária.

44 *La Marseillaise (A Marselhesa)*: jornal diário francês, órgão dos republicanos de esquerda; publicou-se em Paris de Dezembro de 1869 a Setembro de 1870. Publicava materiais sobre a actividade da Internacional e sobre o movimento operário.

45 *Le Réveil (O Despertar)*: jornal francês, órgão dos republicanos de esquerda; publicou-se em Paris de Julho de 1868 a Janeiro de 1871, sob a direcção de Louis Charles Delescluze. O jornal publicou documentos da Internacional e materiais sobre o movimento operário.

46 Pouco tempo depois, este Chautard que tinham querido impor ao Conselho Geral era expulso da sua secção como agente da polícia de Thiers. Era acusado por aqueles mesmos que o tinham julgado digno entre todos para os representar no Conselho Geral. (Nota dos Autores.)

Bastará lembrar aqui os pontos principais do debate a que estes estatutos deram lugar. Incidem sobre o artigo 2:

«Para ser aceite como membro da secção é preciso justificar os seus meios de existência, apresentar garantias de moralidade, etc.»

Na sua resolução de 17 de Outubro de 1871, o Conselho propôs que se riscassem as palavras: **justificar os seus meios de existência**.

«Em casos duvidosos», dizia o Conselho, «uma secção pode muito bem colher informações sobre os meios de existência como "garantia de moralidade", enquanto noutros casos, tais como os dos refugiados, dos operários em greve, etc, a ausência de meios de existência pode muito bem ser uma garantia de moralidade. Mas pedir aos candidatos para justificarem os seus meios de existência como condição geral para serem admitidos na Internacional seria uma inovação burguesa, contrária ao espírito e à letra dos estatutos gerais.» A secção respondeu que

«os estatutos gerais tornam as secções responsáveis pela moralidade dos seus membros e reconhecem-lhes, por conseguinte, o direito de tomarem, como entenderem, as suas garantias».

A isto o Conselho Geral replicava a 7 de Novembro: «Segundo essa maneira de ver, uma secção Internacional fundada por *teetotallers*⁴⁷ (sociedade de temperança) poderia inserir nos seus estatutos particulares um artigo concebido assim: Para se ser aceite como membro da secção, é preciso jurar que se abstém de toda a bebida alcoólica. Numa palavra, as condições de admissão, na Internacional, mais absurdas e mais díspares poderiam ser impostas pelos estatutos particulares das secções, sempre sob o pretexto de que elas entendem assegurar desse modo a moralidade dos seus membros... "Os meios de existência dos grevistas", acrescenta a secção francesa de 1871, "consistem na caixa das greves." Pode responder-se a esta frase, em primeiro lugar, que essa caixa é frequentemente fictícia... Além disso, inquéritos oficiais ingleses provaram que a maioria dos operários ingleses... é forçada — quer pela greve ou o desemprego quer pela insuficiência dos salários ou em consequência dos prazos de pagamento e por muitas outras causas ainda — a recorrer constantemente aos montepios e às **dívidas**, meios de existência de que não se poderia exigir justificação sem se imiscuir de uma maneira inqualificável na vida privada dos cidadãos. Ora, das duas uma: ou a secção não procura nos meios de existência senão garantias de moralidade... e então a proposta do Conselho Geral preenche esse objectivo... Ou a secção, no artigo 2 dos seus estatutos, falou intencionalmente da justificação dos meios de existência como condição de admissão, **para além**, das garantias de moralidade... e, nesse caso, o Conselho afirma que é uma inovação burguesa, contrária à letra e ao espírito dos estatutos gerais.»⁴⁸ No artigo 11 dos seus estatutos está dito:

«Um ou vários delegados serão enviados ao Conselho Geral.»

O Conselho pediu que este artigo fosse riscado, «porque os estatutos gerais da Internacional não reconhecem qualquer direito às secções de enviar delegados ao Conselho Geral». «Os estatutos gerais», acrescentou ele, «não reconhecem senão dois modos de eleições para os membros do Conselho Geral: ou a sua eleição pelo Congresso ou a sua adjunção pelo Conselho Geral...» E bem verdade que as diferentes secções existentes em Londres tinham sido convidadas a enviar delegados ao Conselho Geral que, para não infringir os estatutos gerais, sempre procedeu da seguinte maneira: Determinou primeiro o número de delegados a enviar por cada secção, reservando-se o direito de os aceitar ou de os rejeitar consoante os julgasse apropriados para as funções gerais que eles devem desempenhar. Estes delegados tornavam-se membros do Conselho Geral, não em virtude da

47 Em inglês no texto: abstémios. (Nota da edição portuguesa.)

48 K. Marx, *Projecto de Resolução do Conselho Geral sobre a Secção Francesa de 1871*.

delegação que tinham recebido das suas secções mas em virtude do direito que os estatutos gerais dão ao Conselho de associar a si novos membros. Tendo funcionado até à decisão tomada pela última Conferência, quer como Conselho Geral da Associação Internacional quer como Conselho Central para a Inglaterra, o Conselho de Londres achou útil admitir, para além dos membros que associava a si directamente, membros delegados em primeiro lugar pelas suas secções respectivas. Enganar-nos-íamos estranhamente querendo assimilar o modo de eleição do Conselho Geral ao do Conselho federal de Paris, o qual nem sequer era um Conselho nacional, nomeado por um Congresso nacional, como, por exemplo, o Conselho federal de Bruxelas ou o de Madrid. O Conselho federal de Paris não era senão uma delegação das secções parisienses... O modo de eleição do Conselho Geral está determinado pelos estatutos gerais... e os seus membros não poderiam aceitar outro mandato imperativo que não fosse o dos estatutos e regulamentos gerais... Se se tomar em consideração o parágrafo que o precede, o art. 11 não tem outro sentido senão o de mudar completamente a composição do Conselho Geral e de fazer dele, contrariamente ao artigo 3 dos estatutos gerais, uma delegação das secções de Londres em que a influência dos grupos locais se substituiria à de toda a Associação Internacional dos Trabalhadores. Por fim, o Conselho Geral, cujo primeiro dever consiste na execução das resoluções dos Congressos (ver o artigo 1 do regulamento administrativo do Congresso de Genebra), diz que «considera como não tendo de modo nenhum a ver com a questão... as ideias emitidas pela secção francesa de 1871 sobre uma mudança radical a introduzir nos artigos dos estatutos gerais relativos à sua constituição».

Aliás, o Conselho declarou que admitiria dois delegados da secção nas mesmas condições de que os das outras secções de Londres.

A «secção de 1871», longe de ficar satisfeita com esta resposta, publicou, a 14 de Dezembro, uma «declaração» assinada por todos os seus membros, cujo novo secretário foi pouco tempo depois expulso, como indigno, da sociedade dos refugiados. Segundo esta declaração, o Conselho Geral, ao recusar-se a usurpar atribuições legislativas, tornou-se culpado «de uma retrogressão completamente naturalista da ideia social».

Eis agora algumas amostras da boa-fé que presidiu à elaboração deste documento.

A Conferência de Londres tinha aprovado a conduta dos operários alemães durante a guerra⁴⁹. Era evidente que esta resolução, proposta por um delegado suíço⁵⁰, apoiada por um delegado belga e votada por unanimidade, não dizia respeito senão aos internacionais alemães que expiaram na prisão e expiam ainda a sua conduta anti-chauvinista durante a guerra. Além disso, para obviar a qualquer interpretação malévola, o secretário do Conselho Geral para a França⁵¹ acabava de explicar numa carta, publicada pelo *Qui Vive!*, pelo *Constitution*, pelo *Radical*, pelo *Emancipation*, pelo *Europe*, etc, o verdadeiro sentido da resolução. Apesar disso, oito dias depois, a 20 de Novembro de 1871, quinze membros da Secção francesa de 1871 inseriam no *Qui Vive!* um «protesto» pleno de injúrias contra os operários alemães e denunciavam a resolução da Conferência como prova irrecusável de que a «ideia pangermânica» possui o Conselho Geral. Por seu lado, toda a imprensa feudal, liberal e policial da Alemanha se apoderou avidamente deste incidente para demonstrar aos operários alemães o nada dos seus sonhos internacionais. No fim disto tudo, o protesto de 20 de Novembro foi endossado por toda a secção de 1871 na sua declaração de 14 de Dezembro.

Para estabelecer «a vertente indefinida do autoritarismo pela qual desliza o Conselho Geral», ela cita «a publicação por este mesmo **Conselho Geral** de uma edição **oficial** dos estatutos gerais **por ele revistos**». Basta deitar uma vista de olhos à nova edição dos estatutos para ver que em cada

49 Trata-se da resolução 2 do capítulo «Resoluções Especiais da Conferência» que assinalava que os operários alemães tinham cumprido o seu dever internacional.

50 N. Utine.

51 A. Serrailier

alínea se encontra, no apêndice, a remissão às fontes que estabelecem a sua autenticidade! Quanto às palavras «edição **oficial**», o primeiro Congresso da Internacional tinha decidido que «o texto **oficial e obrigatório** dos estatutos e regulamentos gerais seria publicado pelo Conselho Geral». (Ver *Congresso Operário da Associação Internacional dos Trabalhadores*, realizado em Genebra de 3 a 8 de Setembro de 1866, página 27, nota.)

É desnecessário dizer que a secção de 1871 mantinha relações contínuas com os dissidentes de Genebra e de Neuchâtel. Um dos seus membros que tinha desenvolvido mais energia a atacar o Conselho Geral do que alguma vez tinha posto a defender a Comuna, Chalain, viu-se de repente reabilitado por B. Malon, que ainda há pouco formulava contra ele acusações muito graves numa carta a um membro do Conselho. De resto, a Secção francesa de 1871 mal tinha acabado de lançar a sua declaração quando a guerra civil rebentou nas suas fileiras. Primeiro, Theisz, Avrial e Camélinat retiraram-se dela. A partir daí, ela fragmentou-se em vários pequenos grupos, em que um é dirigido pelo senhor Pierre Vésinier, expulso do Conselho Geral pelas suas calúnias contra Varlin e outros, e depois posto fora da Internacional pela Comissão belga, que o Congresso de Bruxelas (1868) tinha nomeado. Outro desses grupos é fundado por B. Landeck, que a fuga imprevista do prefeito de polícia Piétri, em 4 de Setembro, libertou do seu compromisso

«escrupulosamente respeitado de não mais se ocupar de assuntos políticos, nem da Internacional em França!» (Ver Terceiro Processo da Associação Internacional dos Trabalhadores de Paris, 1870, p. 4.)

Por outro lado, a massa dos refugiados franceses em Londres formou uma secção que está em completa harmonia com o Conselho Geral.

IV

Os homens da Aliança, escondidos por detrás do Comité federal de Neuchâtel, querendo tentar um novo esforço para desorganizar a Internacional, num terreno mais vasto, convocaram um Congresso das suas secções em Sonvillier para 12 de Novembro de 1871. — Já em Julho, duas cartas de mestre Guillaume ao seu amigo Robin ameaçavam o Conselho Geral com uma campanha semelhante se ele não consentisse em dar-lhes razão «contra os salteadores de Genebra».

O Congresso de Sonvillier compunha-se de dezasseis delegados, pretendendo representar ao todo nove secções, entre as quais a nova Secção de Propaganda e de Acção Revolucionária Socialista de Genebra.

Os dezasseis estrearam-se com o decreto anarquista, declarando dissolvida a federação romanda, a qual se apressou a devolver os Aliancistas à sua «autonomia» pondo-os fora de todas as secções.

De resto, o Conselho deve reconhecer que um lampejo de bom senso os fez aceitar o nome de Federação Jurassiana que a Conferência de Londres lhes tinha dado.

A seguir, o Congresso dos Dezasseis procedeu à «reorganização da Internacional», lançando contra a Conferência e o Conselho Geral uma Circular a todas as federações da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Os autores da circular acusam, em primeiro lugar, o Conselho Geral de ter, em 1871, convocado uma conferência em vez de um congresso. Das explicações dadas precedentemente resulta que estes ataques se dirigem directamente a toda a Internacional que, no seu conjunto, tinha aceitado a convocação de uma conferência na qual, aliás, a Aliança se encontrava convenientemente representada pelos cidadãos Robin e Bastelica.

Em cada congresso, o Conselho Geral teve os seus delegados; no Congresso de Basileia, por exemplo, havia seis. Os dezasseis pretendem que

«a maioria da Conferência foi falsificada antecipadamente pela admissão de seis delegados do Conselho Geral com voto deliberativo».

Na realidade, entre os delegados do Conselho Geral à Conferência, os proscritos franceses não eram senão os representantes da Comuna de Paris, enquanto os seus membros ingleses e suíços não puderam senão excepcionalmente tomar parte nas sessões como atestam as actas que serão submetidas ao próximo Congresso. Um delegado do Conselho tinha um mandato de uma federação nacional. Segundo uma carta dirigida à Conferência, o mandato de um outro foi retido por causa do anúncio da sua morte pelos jornais⁵². Resta um delegado, de tal maneira que, só os Belgas, estavam relativamente ao Conselho como 6 estão para 1.

A polícia internacional, mantida afastada na pessoa de Gustave Durant, havia-se queixado amargamente da violação dos estatutos gerais pela convocação de uma conferência «secreta». Ainda não estava suficientemente ao corrente dos nossos regulamentos gerais para saber que as sessões administrativas dos Congressos são **obrigatoriamente privadas**.

As suas queixas, todavia, encontraram um eco simpático entre os dezasseis de Sonvillier que exclamaram:

«E para coroar o edifício, uma decisão desta conferência estabelece que o Conselho Geral fixará ele próprio a data e o lugar do próximo Congresso ou da Conferência que o substituir: de tal modo que eis-nos ameaçados com a supressão dos congressos gerais, essas grandes sessões públicas da Internacional.»

Os dezasseis não quiseram ver que esta decisão não vem senão afirmar, relativamente aos governos, que, apesar de todas as medidas repressivas, a Internacional tem a resolução inabalável de realizar as suas reuniões gerais de uma maneira ou de outra.

Na assembleia geral das secções genebrinas de 2 de Dezembro de 1871, que acolhia mal os cidadãos Malon e Lefrançais, estes últimos apresentaram uma proposta tendente a confirmar os decretos aprovados pelos dezasseis de Sonvillier e que continham uma censura contra o Conselho Geral assim como o repúdio da Conferência. A Conferência tinha decidido que «as resoluções da Conferência que não são destinadas à publicidade **serão** comunicadas aos **Conselhos federais dos diversos países pelos** secretários correspondentes do **Conselho Geral**». Esta resolução, inteiramente conforme aos estatutos e regulamentos gerais, foi falsificada por B. Malon e os seus amigos da seguinte maneira:

«Uma parte das resoluções da Conferência não será comunicada senão aos conselhos federais e aos secretários correspondentes.»

Acusam ainda o Conselho Geral de ter «faltado ao **princípio da sinceridade**», ao recusar-se a entregar à polícia, pela «**publicidade**», resoluções que têm por objectivo exclusivo a reorganização da Internacional nos países em que está proscrita.

Os cidadãos Malon e Lefrançais queixam-se, além disso, de que

«a Conferência atentou contra a liberdade de pensamento e da sua expressão..., ao dar ao Conselho Geral o direito de denunciar e de repudiar qualquer órgão de publicidade das secções e

52 Trata-se de Marx.

federações, tratando quer dos princípios sobre que a associação repousa, quer dos interesses respectivos das secções e federações, quer, enfim, dos interesses gerais de toda a associação (ver o Egalité de 21 de Dezembro)».

E, o que é que há no *Egalité* de 21 de Dezembro? Uma resolução da Conferência em que ela «anuncia que doravante o Conselho Geral será obrigado a denunciar e a repudiar publicamente todos os jornais que, dizendo-se órgãos da Internacional, seguindo o exemplo dado pelo *Progrès* e o *Solidarité*, discutam nas suas colunas, perante o público burguês, questões que não se deve discutir senão no seio dos comités locais, dos comités federais e do Conselho Geral ou nas sessões privadas e administrativas dos Congressos, quer federais quer gerais».

Para apreciar bem a lamentação agridoce de B. Malon, é preciso considerar que esta resolução põe fim, de uma vez por todas, às tentativas de alguns jornalistas desejosos de se substituírem aos comités responsáveis da Internacional e de desempenhar, no seu meio, o mesmo papel que a boémia jornalística desempenha no mundo burguês. Na sequência de uma tentativa semelhante, o Comité federal de Genebra tinha visto membros da **Aliança** redigir o órgão oficial da Federação romanda, o *Egalité*, num sentido que lhe era inteiramente hostil.

Aliás, o Conselho Geral não precisava da Conferência de Londres para «denunciar e repudiar publicamente» os abusos do jornalismo, pois o Congresso de Basileia decidiu (Res. II) que:

«Todos os jornais contendo ataques contra a Associação devem imediatamente ser enviados ao Conselho Geral pelas secções.»

«É evidente», diz o Comité federal romando na sua declaração de 20 de Dezembro de 1871 (*Egalité* de 24 de Dez.), «que este artigo não estava redigido com a intenção de o Conselho Geral guardar nos seus arquivos os jornais que atacam a Associação, mas para responder e destruir, se necessário, o efeito pernicioso das calúnias e dos denegrimientos maldosos. É evidente também que este artigo se refere em geral a todos os jornais e que, se não queremos tolerar gratuitamente os ataques dos jornais burgueses, por maioria de razão, devemos repudiar pelo órgão da nossa delegação central, pelo Conselho Geral, os jornais cujos ataques contra nós se fazem a coberto do nome da nossa Associação.»

Observemos, de passagem, que o *Times*, esse Leviatã da imprensa capitalista, o *Progrès* (de Lyon), jornal da burguesia liberal, e o *Journal de Genève*⁵³, jornal ultra-reaccionário, cobriram a Conferência com as mesmas censuras e se serviram quase dos mesmos termos que os cidadãos Malon e Lefrançais.

Depois de se ter levantado contra a convocação da Conferência, em seguida, contra a sua composição e o seu carácter pretensamente secreto, a circular dos dezasseis atira-se às próprias resoluções.

Constatando, em primeiro lugar, que o Congresso de Basileia tinha abdicado

«ao dar ao Conselho Geral o direito de recusar, de admitir ou de suspender secções da Internacional»,

imputa, mais adiante, este pecado à Conferência:

⁵³ *Journal de Genève national, politique et littéraire (Jornal de Genebra nacional, político e literário)*: jornal conservador; publica-se desde 1826.

«Esta Conferência... tomou resoluções... que tendem a fazer da Internacional, livre federação de secções autónomas, uma organização hierárquica e autoritária de secções disciplinadas, colocadas inteiramente sob a mão de um Conselho Geral que pode a seu prazer recusar a sua admissão ou então suspender a sua actividade!!»

Mais adiante, volta ao Congresso de Basileia que teria «desnaturado as atribuições do Conselho Geral».

Todas estas contradições da circular dos dezasseis se resumem a isto: a Conferência de 1871 é responsável pelo voto do Congresso de Basileia de 1869, e o Conselho Geral é culpado de ter observado os estatutos que o obrigam a executar as resoluções dos congressos.

Na realidade, o verdadeiro móbil de todos estes ataques contra a Conferência é de uma natureza mais íntima. Em primeiro lugar, pelas suas resoluções, ela acabava de frustrar as intrigas práticas dos homens da Aliança na Suíça. Além disso, os promotores da Aliança, na Itália, em Espanha, numa parte da Suíça e da Bélgica, tinham criado e mantido com uma maravilhosa persistência uma confusão calculada entre o programa de circunstância de Bakúnine e o **programa da Associação Internacional dos Trabalhadores**.

A Conferência pôs em relevo este mal-entendido intencional pelas suas duas resoluções sobre a política proletária e sobre as secções sectárias. A primeira, refutando a abstenção política pregada pelo programa Bakúnine, está plenamente justificada pelos seus considerandos, apoiados nos estatutos gerais, na resolução do Congresso de Lausanne e noutros precedentes⁵⁴.

Passemos agora às secções sectárias:

54 Eis as resoluções da Conferência sobre **a acção política da classe operária**:

«Tendo em conta os considerandos dos Estatutos originais onde é dito: "A emancipação económica dos Trabalhadores é o grande objectivo ao qual todo o movimento político deve estar subordinado **como meio**";

«tendo em conta a *Mensagem Inaugural* da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864) que diz: "Os senhores da terra e os senhores do capital servir-se-ão sempre dos seus privilégios políticos para defenderem e perpetuarem o seu monopólio económico. Muito longe de levarem à emancipação do trabalho, continuarão a opor-lhe o maior número de obstáculos possíveis... a conquista do poder político tornou-se, portanto, o primeiro dever da classe operária";

«tendo em conta as resoluções do Congresso de Lausanne (1867) para este efeito: "A emancipação social dos Trabalhadores é inseparável da sua emancipação política";

«tendo em conta a declaração do Conselho Geral sobre a pretensa conjura dos Internacionais franceses na véspera do plebiscito (1870), onde é dito: "Segundo o teor dos nossos estatutos, certamente que todas as nossas secções, em Inglaterra, no Continente e na América têm a missão especial, não apenas de servir de centro à organização militante da classe operária mas também de apoiar, nos seus respectivos países, todo o movimento político tendente à realização do nosso objectivo final: a emancipação económica da classe operária";

«atendendo a que traduções infieis dos Estatutos originais deram lugar a interpretações falsas que foram prejudiciais para o desenvolvimento e a acção da Associação Internacional dos Trabalhadores;

«em presença de uma reacção sem freio que asfixia violentamente todo o esforço de emancipação por parte dos trabalhadores e pretende manter pela força brutal a distinção das classes e a dominação política das classes possidentes que dela resulta;

«considerando, além disso:

«que contra este poder colectivo das classes possidentes o proletariado não pode agir como classe senão **constituindo-se ele próprio em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possidentes**;

«que esta constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e do seu objectivo supremo: a abolição das classes;

«que a coalizão das forças operárias já obtida pelas lutas económicas deve também servir de alavanca nas mãos desta classe na sua luta contra o poder político dos seus exploradores;

«a Conferência lembra aos membros da **Internacional**:

«que, no estado militante da classe operária, o seu movimento económico e a sua acção política estão indissolúvelmente unidos.» (Nota dos Autores.)

A primeira fase na luta do proletariado contra a burguesia está marcada pelo movimento sectário. Tem razão de ser numa época em que o proletariado ainda não está suficientemente desenvolvido para agir como classe. Pensadores individuais fazem a crítica dos antagonismos sociais e dão-lhes soluções fantásticas que a massa dos operários não tem senão de aceitar, de propagar e de pôr em prática. Pela sua própria natureza, as seitas formadas por estes iniciadores são abstencionistas, estranhas a toda a acção real, à política, às greves, às coalizões, numa palavra, a todo o movimento de conjunto. A massa do proletariado permanece sempre indiferente ou mesmo hostil à sua propaganda. Os operários de Paris e de Lyon não queriam saber mais dos Saint-Simonianos, dos Fourieristas, dos Icários⁵⁵, do que os cartistas⁵⁶ e os trade-unionistas ingleses queriam saber dos Owenistas. Estas seitas, alavancas do movimento na sua origem, fazem-lhe obstáculo logo que ele as ultrapassa; então, tornam-se reaccionárias; testemunhos: as seitas em França e na Inglaterra e ultimamente os Lassallianos na Alemanha que, depois de terem entravado durante anos a organização do proletariado, acabaram por se tornar simples instrumentos de polícia. Enfim, é esta a infância do movimento proletário, como a astrologia e a alquimia são a infância da ciência. Para que a fundação da Internacional fosse possível, era preciso que o proletariado tivesse ultrapassado esta fase.

Face às organizações fantasistas e antagónicas das seitas, a Internacional é a organização real e militante da classe proletária em todos os países, ligados uns com os outros na sua luta comum contra os capitalistas, os proprietários fundiários e o seu poder de classe organizado no Estado. Por isso, os estatutos da Internacional não conhecem senão simples sociedades «operárias» prosseguindo todas o mesmo objectivo e aceitando todas o mesmo programa, que se limita a traçar o grande traço do movimento proletário e deixa a sua elaboração teórica à impulsão dada pelas necessidades da luta prática e à troca das ideias que se faz nas secções, admitindo indistintamente todas as convicções socialistas nos seus órgãos e nos seus congressos.

Assim como em toda a nova fase histórica, os velhos erros reaparecem um instante para logo desaparecerem em seguida, assim também a Internacional viu renascer no seu seio secções sectárias, embora sob uma forma pouco acentuada.

A Aliança, considerando como um progresso imenso a ressurreição das seitas, é uma prova concludente de que o seu tempo passou. Pois, enquanto na sua origem ela representava elementos do progresso, o programa da Aliança, a reboque de um «Maomé sem Corão»⁵⁷, não representa senão um apanhado de ideias de além-túmulo, disfarçadas sob frases sonoras, não podendo assustar senão burgueses idiotas ou servir aos procuradores, bonapartistas ou outros, de peças de culpa contra os internacionais⁵⁸.

55 Icários: seguidores do comunista utópico francês Cabet, autor do romance *Viagem a Icária*.

56 Movimento revolucionário de massas dos operários ingleses nos anos 30-40 do século XIX. Os cartistas elaboraram em 1838 uma petição (Carta do Povo) ao Parlamento, a qual continha as reivindicações do sufrágio universal para os homens de mais de 21 anos, o voto secreto, a abolição das restrições censitárias para os candidatos a deputados ao Parlamento, etc. O movimento começou com grandes comícios e manifestações e decorreu sob a palavra de ordem de luta pela aplicação da Carta do Povo. Em 2 de Maio de 1842 foi entregue ao Parlamento uma segunda petição dos cartistas, incluindo já uma série de reivindicações de carácter social (redução da jornada de trabalho, aumento dos salários, etc). Esta petição, tal como a primeira, foi rejeitada pelo Parlamento. Em resposta a isto, os cartistas realizaram uma greve geral. Em 1848 os cartistas marcaram um desfile de massas para o Parlamento com uma terceira petição, mas o governo concentrou tropas e dispersou o desfile. A petição foi rejeitada. Depois de 1848 o movimento cartista entrou em declínio.

A causa principal do insucesso do movimento cartista foi a ausência de programa e tática precisos e de uma direcção consequentemente revolucionária. Mas os cartistas exerceram uma grande influência tanto na história política da Inglaterra como no desenvolvimento do movimento operário internacional.

57 Trata-se de M. A. Bakúnine.

58 Os trabalhos policiais publicados nestes últimos tempos sobre a Internacional — sem exceptuar nem a circular de Jules Favre às potências estrangeiras nem o relatório do rural Sacaze sobre o projecto Dufaure — formigam de citações tiradas dos pomposos manifestos da Aliança[*]. A fraseologia destes sectários, cujo radicalismo todo está nas palavras, serve às maravilhas os desejos da reacção. (Nota dos Autores.)

A Conferência, em que estavam representados todos os matizes socialistas, aclamou por unanimidade a resolução contra as secções sectárias, convencida de que esta resolução, reconduzindo a Internacional ao seu verdadeiro terreno, marcaria uma nova fase da sua marcha. Os partidários da Aliança, sentindo-se atingidos de morte por esta resolução não viram nela senão uma vitória do Conselho Geral sobre a Internacional, pela qual, como a sua circular diz, ele fez «predominar o programa especial» de alguns dos seus membros, a «sua doutrina pessoal», a «doutrina ortodoxa», «a teoria oficial, única a ter direito de cidade na Associação». De resto, a culpa não era de alguns dos seus membros, era a consequência necessária, o «efeito corruptor» do facto de que eles faziam parte do Conselho Geral, pois

«é absolutamente impossível que um homem que tem poder» (!) «sobre os seus semelhantes permaneça um homem moral. O Conselho Geral torna-se um foco de intrigas».

Segundo a opinião dos Dezasseis, podia já censurar-se aos estatutos gerais uma falta grave, a de dar ao Conselho Geral o direito de associar a si novos membros. Munido deste poder, dizem eles,

«o Conselho podia, posteriormente, associar a si todo um pessoal que teria modificado completamente a sua maioria e as suas tendências».

Parece que, para eles, o simples facto de homens pertencerem ao Conselho Geral é suficiente para destruir, não apenas a sua moralidade mas também o seu senso comum. De outro modo, como é que se poderia supor que uma maioria se transforma a si própria em minoria por adjunções voluntárias?

De resto, os próprios Dezasseis não parecem muito convencidos de tudo isto; pois, mais adiante, queixam-se de que o Conselho Geral foi

«composto durante cinco anos seguidos pelos mesmos homens, sempre reeleitos»,

e imediatamente a seguir eles repetem:

«a maior parte dos quais não são mandatários regulares nossos, não tendo sido eleitos por um Congresso».

O facto é que o pessoal do Conselho Geral mudou constantemente, se bem que alguns dos fundadores aí tenham permanecido, como nos Conselhos federais belga, romando, etc.

O Conselho Geral está submetido a três condições essenciais para o cumprimento do seu mandato. Em primeiro lugar, exige um pessoal bastante numeroso para executar a multiplicidade dos seus trabalhos; em seguida, uma composição de «trabalhadores pertencentes às diferentes nações representadas na Associação Internacional» e, por fim, a predominância do elemento operário. Como é que, uma vez que as exigências do trabalho são para o operário uma causa incessante de mudança no pessoal do Conselho Geral, ele poderia reunir estas condições indispensáveis sem o direito de adjunção? Não obstante, uma definição mais exacta deste direito parece-lhe necessária, como disso exprimiu desejo na última Conferência.

[*] Trata-se da circular do ministro dos Negócios Estrangeiros aos representantes diplomáticos franceses, datada de 6 de Junho de 1871, na qual Jules Favre exortava todos os governos a uma luta comum contra a Internacional. Trata-se também do relatório feito por Sacaze em 5 de Fevereiro de 1872 em nome da comissão que examinou o projecto de lei de Dufaure. A circular de J. Favre de 26 de Maio de 1871 prescrevia aos representantes diplomáticos franceses no estrangeiro que obtivessem dos governos europeus a prisão e a entrega dos refugiados da Comuna como simples criminosos de direito comum. Dufaure propôs um projecto de lei, elaborado por uma comissão especial da Assembleia Nacional francesa e aprovado a 14 de Março de 1872, que tornava passível de prisão a adesão à Internacional.

A reeleição do Conselho Geral, tal como estava composto, pelos Congressos sucessivos, e nos quais a Inglaterra mal estava representada, pareceria provar que ele cumpriu o seu dever dentro dos limites dos seus meios. Os Dezasseis, pelo contrário, não vêm nisso senão a prova da «confiança cega dos Congressos», confiança levada, em Basileia,

«até uma espécie de abdicação voluntária nas mãos do Conselho Geral».

Segundo eles, o «papel normal» do Conselho deve ser «o de uma simples repartição de correspondência e de estatística». Apoiam esta definição com vários artigos tirados de uma tradução errada dos estatutos.

Em oposição aos estatutos de todas as sociedades burguesas, os estatutos gerais da Internacional mal afloram a sua organização administrativa. Deixam o seu desenvolvimento à prática e a regularização aos congressos futuros. Não obstante, como só a unidade e o conjunto de acção das secções dos diversos países lhes poderiam conferir o carácter distintivo de internacionalidade, os estatutos ocupam-se mais do Conselho Geral do que das outras partes da organização.

O artigo 5 dos estatutos originais⁵⁹ diz: «O Conselho Geral funcionará como **agente Internacional** entre os diferentes grupos nacionais e locais» e dá, em seguida, alguns exemplos da maneira como ele deve agir. Entre esses mesmos exemplos, encontra-se a instrução para o Conselho fazer de modo a que «sendo reclamada a acção imediata, como no caso das querelas internacionais, todos os grupos da Associação possam agir simultaneamente e de uma maneira uniforme». O artigo continua: «Segundo julgar oportuno, o Conselho Geral tomará a iniciativa das propostas a submeter às sociedades locais e nacionais.» Além disso, os estatutos definem o papel do Conselho na convocação e preparação dos congressos e encarregam-no de certos trabalhos que lhes deverá submeter. Os estatutos originais põem tão pouco em oposição a acção espontânea dos grupos com a unidade de acção da Associação que o artigo 6 diz: «Uma vez que o movimento operário em cada país não pode ser assegurado senão pela força resultante da união e da associação; uma vez que, por outro lado, a acção do Conselho Geral será mais eficaz..., os membros da Internacional deverão fazer todo o possível para reunir as sociedades operárias ainda isoladas dos seus respectivos países em associações nacionais, representadas por órgãos centrais.»

A primeira resolução administrativa do Congresso de Genebra (art. 1.º) diz:

«O Conselho Geral é obrigado a executar as Resoluções dos congressos.»

Esta resolução legalizou a posição mantida pelo Conselho Geral desde a sua origem: a de **delegações executivas** da Associação. Seria difícil executar ordens sem «autoridade» moral à falta de qualquer outra «autoridade livremente consentida». O Congresso de Genebra, ao mesmo tempo, encarrega o Conselho Geral de publicar «o texto oficial e obrigatório dos estatutos».

O mesmo Congresso resolveu (Res. Admin, de Genebra, art. 14):

«Cada secção tem o direito de redigir os seus estatutos e regulamentos particulares, adaptados às circunstâncias locais e às leis do seu país; mas eles não devem ser contrários em nada aos estatutos e regulamentos gerais.»

Observemos, em primeiro lugar, que não há a mínima alusão a declarações particulares de princípios nem a missões especiais de que tal ou tal secção se encarregaria fora do objectivo comum

⁵⁹ Aqui e mais adiante Marx cita os Estatutos da Internacional aprovados no Congresso de Genebra e editados em Londres, em inglês (*Rules of the International Working Men's Association [Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores]*, 1867)

prosseguido por todos os grupos da Internacional. Trata-se muito simplesmente do direito das secções de adaptarem os estatutos e regulamentos gerais «às circunstâncias locais e às leis do seu país».

Em segundo lugar, por quem deveria a conformidade dos estatutos particulares com os estatutos gerais ser constatada? Evidentemente, se não houvesse «autoridade» encarregada dessa função, a resolução seria nula e de nenhum efeito. Não apenas se poderiam formar secções policiais ou hostis mas também a intrusão de sectários desclassificados e de filantropos burgueses na Associação poderia desnaturar o seu carácter e, pelo seu número, nos congressos, esmagar os operários.

Desde a sua origem, as federações nacionais ou locais atribuíram a si próprias nos seus países respectivos este direito de admitir ou de recusar novas secções, consoante os estatutos destas estavam ou não estavam conformes aos estatutos gerais. O exercício da mesma função pelo Conselho Geral está previsto pelo artigo 6 dos estatutos gerais, ao deixar às **sociedades locais independentes** — isto é, a sociedades constituindo-se fora dos laços federais dos seus países — o direito de se porem em relação directa com ele. A **Aliança** não desdenhou exercer este direito, a fim de estar nas condições requeridas para enviar delegados ao Congresso de Basileia.

O art. 6 dos estatutos prevê também os obstáculos legais que se opõem à formação das federações nacionais em certos países onde, por consequência, o Conselho Geral é chamado a funcionar como Conselho federal (ver *Actas do Congresso, etc, de Lausanne, 1867*, p. 13⁶⁰).

Desde a queda da Comuna, estes obstáculos legais não deixaram de aumentar em diferentes países e de tornar aí mais indispensável ainda a acção do Conselho Geral, para manter os elementos suspeitos [*véreux*] fora da Associação. É assim que, ultimamente, Comitês em França pediram a intervenção do Conselho Geral para se desembaraçarem de bufos e que, num outro grande país⁶¹, os Internacionais lhe requereram que não reconhecesse nenhuma secção que não estivesse fundada por mandatários directos seus ou por eles próprios. Motivavam o seu pedido pela necessidade de afastar assim agentes provocadores cujo zelo ruidoso se manifestava pela formação rápida de secções de um radicalismo sem igual. De um outro lado, secções pretensamente antiautoritárias não hesitam em apelar para o Conselho logo que um diferendo surge no seu seio nem mesmo em lhe pedir para dar com força nos seus adversários, como aconteceu com o diferendo de Lyon. Mais recentemente, desde a Conferência, a Federação operária de Turim resolveu declarar-se secção da Internacional. Na sequência de uma cisão, a minoria fundou a sociedade: «Emancipação do Proletário»⁶². Aderiu à Internacional e estreou-se com uma resolução a favor dos Jurassianos. O seu jornal *Il Proletário* formiga de frases indignadas contra todo o autoritarismo. Ao enviar as quotizações da sociedade, o seu secretário⁶³ previne o Conselho Geral de que a antiga federação enviaria provavelmente também as suas quotizações. Depois, continua:

«Como teríeis lido no Proletário, a sociedade Emancipação do Proletário... declarou... recusar toda a solidariedade com a burguesia mascarada de operária que compõe a federação operária»,

60 Isto é um lapso. O artigo 6 dos Estatutos Gerais foi adoptado no Congresso de Genebra da Internacional em 1866. Ver *Congrès ouvrier de L'Association Internationale des Travailleurs tenu à Genève du 3 au 8 septembre 1866, Genève, 1866, pp. 13-14 (Congresso Operário da Associação Internacional dos Trabalhadores realizado em Genebra de 3 a 8 de Setembro de 1866, Genebra, 1866, pp. 13-14)*.

61 A Áustria.

62 A Federação Operária foi fundada em Turim no Outono de 1871 e encontrava-se sob a influência dos mazzinistas. Em Janeiro de 1872 os elementos proletários saíram da Federação e fundaram a sociedade Emancipação do Proletário, reconhecida mais tarde como secção da Internacional. Até Fevereiro de 1872 a sociedade foi dirigida pelo agente secreto da polícia Terzaghi.

Il Proletário (O Proletário): jornal italiano publicado em Turim de 1872 a 1874; defendeu os bakuninistas contra o Conselho Geral e as decisões da Conferência de Londres.

63 C. Terzaghi.

e ele pede ao Conselho Geral para

«comunicar esta resolução a todas as secções e para recusar os 10 cêntimos de quotizações, no caso de eles lhe serem enviados»⁶⁴.

À semelhança de todos os grupos internacionais, o Conselho Geral tem o dever de fazer propaganda. Cumpriu-o com os seus manifestos e com os seus mandatários que lançaram os primeiros alicerces da Internacional na América do Norte, na Alemanha e em muitas cidades de França.

Uma outra função do Conselho Geral consiste em prestar auxílio às greves, assegurando-lhes o socorro de toda a Internacional. (Ver os relatórios do Conselho Geral aos diferentes congressos.) Entre outros, o facto seguinte prova de que peso foi a sua intervenção nas greves. A sociedade de resistência dos fundidores de ferro ingleses é por si própria uma *trade union* internacional, possuindo ramos noutros países, designadamente nos Estados Unidos. Não obstante, numa greve de fundidores americanos, estes últimos acharam necessário invocar a intercessão do Conselho Geral para impedir a importação de fundidores ingleses para o seu país.

O desenvolvimento da Internacional impôs ao Conselho Geral assim como aos Conselhos federais a função de árbitro.

O Congresso de Bruxelas resolveu:

«Os Conselhos federais são obrigados a enviar cada trimestre ao Conselho Geral um relatório sobre a administração e o estado financeiro das secções da sua competência.» (Resol. Administ. n.º 3.)

Por fim, o Congresso de Basileia, que provoca o furor bilioso dos Dezasseis, não fez mais do que regularizar as relações administrativas nascidas do desenvolvimento da Associação. Se ele estendeu excessivamente os limites das atribuições do Conselho Geral, de quem é a culpa, senão de Bakúnine, Schwizguebel, F. Robert, Guillaume e outros delegados da Aliança, que o pediram em grandes gritos? Acusar-se-iam eles, por acaso, de «confiança cega» no Conselho Geral de Londres?

Eis duas resoluções do Congresso de Basileia:

«IV. Cada nova secção ou sociedade que se forme e queira fazer parte da Internacional deve anunciar imediatamente a sua adesão ao Conselho Geral,»

e «V. O Conselho Geral tem o direito de admitir ou de recusar a filiação de todas as novas sociedades ou grupos, sem prejuízo de apelo para o próximo Congresso.»

Quanto às sociedades locais independentes, que se formam fora dos laços federativos, estes artigos não fazem senão confirmar a prática observada desde a origem da Internacional e cuja manutenção é uma questão de vida ou de morte para a Associação. Mas ia-se muito longe generalizando a prática e aplicando-a indistintamente a toda a secção ou sociedade em vias de formação. Estes artigos dão, com efeito, ao Conselho Geral o direito de se imiscuir na vida interna das federações; mas, por isso, nunca foram aplicados nesse sentido pelo Conselho Geral. Ele desafia os Dezasseis a citar um único caso em que se tenha imiscuído nos assuntos de novas secções que se queriam filiar em grupos ou em federações existentes.

⁶⁴ Tais eram, nesta época, as opiniões **aparentes** da sociedade *Emancipação do Proletário*, representada pelo seu secretário correspondente, amigo de Bakúnine. Na realidade, as tendências desta secção eram completamente diferentes. Depois de ter expulso, por desvio de fundos e também pelas suas relações amigáveis com o chefe da polícia de Turim, este representante duplamente infiel, esta sociedade prestou esclarecimentos que fizeram desaparecer qualquer mal-entendido entre ela e o Conselho Geral. (Nota dos Autores.)

As resoluções que acabamos de citar referem-se às secções em vias de formação e as resoluções seguintes às secções já reconhecidas:

«VI. O Conselho Geral tem igualmente o direito de suspender até ao próximo Congresso uma secção da Internacional.

«VII. Quando surgirem dissensões entre sociedades ou ramos de um grupo nacional ou entre grupos de diferentes nacionalidades, o Conselho Geral terá o direito de decidir sobre o diferendo, sem prejuízo de apelo para o próximo Congresso que decidirá definitivamente.»

Estes dois artigos são necessários para casos extremos, se bem que até agora o Conselho Geral nunca tenha tido de recorrer a eles. O historial feito mais acima prova que ele não suspendeu nenhuma secção e que, em caso de diferendos, nunca agiu senão como árbitro invocado pelas duas partes.

Chegamos, por fim, a uma função imposta ao Conselho Geral pelas necessidades da luta. Por muito que doa aos partidários da Aliança, o Conselho Geral, pela própria persistência dos ataques de que é objecto por parte de todos os inimigos do movimento proletário, encontra-se colocado na vanguarda dos defensores da Associação Internacional dos Trabalhadores.

V

Depois de terem refutado a Internacional tal como ela é, os Dezasseis dizem-nos o que ela deveria ser.

Em primeiro lugar, o Conselho Geral seria nominalmente uma simples repartição de correspondência e de estatística. Cessando as suas funções administrativas, as suas correspondências reduzir-se-iam necessariamente à reprodução das informações já publicadas nos jornais da Associação. A repartição de correspondência seria, portanto, torneada. Quanto à estatística, é um trabalho irrealizável sem uma poderosa organização e, sobretudo, como dizem expressamente os Estatutos originais, sem uma direcção comum. Ora, como tudo isto cheira fortemente a «autoritarismo», haverá talvez uma repartição, mas certamente não haverá estatística. Numa palavra, o Conselho Geral desaparece. A mesma lógica atinge Conselhos federais, Comités locais e outros centros «autoritários». Ficam apenas as secções autónomas.

Qual será agora a missão destas «secções autónomas», livremente federadas e felizmente desembaraçadas de toda a autoridade, «mesmo que essa autoridade tenha sido eleita e constituída pelos trabalhadores»?

Aqui torna-se necessário completar a circular com o relatório do Comité federal jurassiano submetido ao Congresso dos Dezasseis.

*«Para fazer da classe operária a verdadeira representante dos interesses novos da humanidade», é preciso que a sua organização seja «guiada pela ideia que deve triunfar. **Extrair** essa ideia das necessidades da nossa época, das tendências íntimas da humanidade, por um estudo continuado dos fenómenos da vida social, **fazer em seguida** essa ideia **penetrar** no seio das nossas organizações operárias, tal deve ser o objectivo, etc. Por fim, é preciso formar no seio das nossas populações operárias uma verdadeira **escola** socialista revolucionária.»*

Deste modo, as secções autónomas de operários convertem-se de repente em **escola**, de que estes senhores da Aliança serão os mestres. Eles **extraem a ideia** pelos «estudos continuados», que não deixam o mínimo rasto. Eles «fazem-na em seguida **penetrar** no seio das nossas organizações

operárias». Para eles, a classe operária é uma matéria bruta, um caos, que, para tomar forma, precisa do sopro do Espírito Santo deles.

Tudo isto não é senão uma paráfrase do antigo programa da Aliança, que começa por estas palavras:

*«Tendo-se a minoria socialista da Liga da Paz e da Liberdade separado desta Liga», propõe-se fundar «uma nova Aliança da Democracia Socialista... que se dá por **missão especial** estudar as questões políticas e filosóficas...»*

Eis a **ideia** que daí se «**extraí**»!

*«Semelhante empreendimento... dará aos democratas socialistas sinceros da Europa e da América o **meio** de se entenderem e de afirmarem **as suas ideias**.»⁶⁵*

Deste modo, por confissão própria, a minoria de uma sociedade burguesa não se introduziu na Internacional, algum tempo antes do Congresso de Basileia, senão para se servir dela **como meio** para se colocar, perante as massas operárias, como hierarca de uma ciência oculta, ciência de quatro frases, cujo ponto culminante é «a igualdade económica e social das classes».

Fora desta «missão teórica», a nova organização proposta para a Internacional tem também o seu lado prático.

«A sociedade futura», diz a circular dos Dezasseis, «não deve ser nenhuma outra coisa senão a universalização da organização que a Internacional a si própria tiver dado. Devemos, portanto, ter o cuidado de aproximar o mais possível esta organização do nosso ideal»

«Como pretender que uma sociedade igualitária e livre saia de uma organização autoritária? É impossível. A Internacional, embrião da futura sociedade humana, é obrigada a ser, desde agora, a imagem fiel dos nossos princípios de liberdade e de federação.»

Por outras palavras, assim como os conventos da Idade Média representavam a imagem da vida celeste, a Internacional deve ser a imagem da nova Jerusalém, de que a Aliança traz o «embrião» nos flancos. Os federados de Paris não teriam sucumbido se, compreendendo que a Comuna era «o embrião da futura sociedade humana», se tivessem desembaraçado de toda a disciplina e de todas as armas, coisas que devem desaparecer, uma vez que não haverá mais guerras!

Mas, para estabelecer bem que, apesar dos seus «estudos continuados», os Dezasseis não chocaram este lindo projecto de desorganização da Internacional no momento em que ela combate pela sua existência, Bakúnine acaba de publicar o seu texto original na sua dissertação sobre a organização da Internacional. (Ver *Almanach du Peuple pour 1872* [*Almanaque do Povo para 1872*], Genebra.)

65 Os homens da Aliança que não cessam de censurar ao Conselho Geral a convocação de uma Conferência privada num momento em que a reunião de um Congresso público teria sido o cúmulo da traição ou do disparate, estes partidários absolutos da claridade e da luz do dia, organizaram, com desprezo pelos nossos estatutos, no seio da Internacional, uma verdadeira sociedade oculta, dirigida contra a própria Internacional, com o objectivo de colocar as suas secções, sem o saberem, sob a direcção sacerdotal de Bakúnine.

O Conselho Geral propõe-se reclamar do próximo Congresso um inquérito sobre esta organização secreta e os seus promotores em certos países, por exemplo, em Espanha. (Nota dos Autores.)

VI

Lede agora o relatório apresentado pelo Comité jurassiano ao Congresso dos Dezasseis.

*«Esta leitura», diz o seu jornal oficial a Révolution sociale (16 de Novembro), «dará a **medida exacta** do que se pode esperar de devotamento e de inteligência prática por parte dos aderentes à federação jurassiana.»*

Começa por atribuir a «estes terríveis acontecimentos» a guerra franco-alemã e a guerra civil em França - uma influência «em parte **desmoralizadora**... sobre a situação das secções da Internacional».

Se, com efeito, a guerra franco-alemã teve de levar à **desorganização** das secções, ao alistar um grande número de operários nos dois exércitos, não é menos verdade que a queda do Império e a proclamação aberta da guerra de conquista por Bismarck provocaram na Alemanha e na Inglaterra uma luta apaixonada entre a burguesia, tomando partido pelos prussianos, e o proletariado, afirmando mais do que nunca os seus sentimentos internacionais. Por isto mesmo, a Internacional viria a ganhar terreno nestes dois países. Na América, o mesmo facto [*effet*] produziu uma cisão na imensa emigração proletária alemã; o partido internacional separou-se nitidamente do partido chauvinista.

Por outro lado, o advento da Comuna de Paris produziu um surto sem precedentes no desenvolvimento exterior da Internacional e na reivindicação viril dos seus princípios pelas secções de todas as nacionalidades — excepto, todavia, as jurassianas, cujo relatório continua assim: desde «o começo da luta gigantesca... a reflexão está imposta... Uns fogem, a esconder a sua fraqueza... Para muitos, esta situação (nas suas fileiras) é um sinal de decrepitudes», mas «é, pelo contrário, **uma situação própria para transformar completamente a Internacional**» à imagem deles. Compreender-se-á este desejo modesto depois de um exame mais aprofundado de uma situação tão propícia.

Deixando de lado a Aliança, dissolvida e substituída a partir daí pela secção Malon, o Comité tinha de justificar a situação de vinte secções. De entre elas, sete voltam-lhe muito simplesmente as costas; eis o que o relatório diz acerca disso:

*«A secção de **montadores de caixas** e a de **gravadores e guilhocadores de Bienne** nunca responderam a **nenhuma** das comunicações que lhes dirigimos.*

*«As secções dos ofícios de **Neuchâtel**, seja **carpinteiros, montadores de caixas, gravadores e guilhocadores** não deram **nenhuma** resposta às comunicações do Comité federal.*

*«Não pudemos obter **nenhuma** notícia da secção do Val-de-Ruz.*

*«A **secção dos gravadores e guilhocadores do Locle** não deu **nenhuma** resposta às comunicações do Comité federal.»*

Eis o que se chama um comércio **livre** de secções autónomas com o seu Comité federal. Uma outra secção, a

*«de **gravadores e guilhocadores** do distrito de **Courtelary**, após três anos de perseverança obstinada... neste momento... constituiu-se em sociedade de resistência»*

fora da Internacional, o que de modo nenhum os impede de se fazerem representar por dois delegados no Congresso dos Dezasseis. Vêm, então, quatro secções bem mortas:

«A **secção central de Bienne** caiu momentaneamente; um dos seus membros devotados escrevia-nos, todavia, ultimamente, que **não estava perdida toda a esperança** de ver renascer a Internacional em Bienne.

«A secção de **Saint-BIaise** caiu.

«A secção de Catébat, depois de ter tido uma existência brilhante, **teve de ceder** perante as intrigas urdidas pelos senhores» (!) «desta localidade para dissolver esta **valente**» (!) «secção.

«Por fim, a secção de Corgémont, ela também, **foi vítima** das intrigas patronais .»

Vem a seguir a secção central do distrito de Courtelary que

«tomou uma medida sábia: **suspendeu** a sua acção,»

o que não a impede de enviar dois delegados ao Congresso dos Dezasseis.

Vêm agora quatro secções de uma existência mais do que problemática.

«A secção do **Grange** encontra-se reduzida a um **pequeno núcleo** de operários socialistas... A sua acção local encontra-se paralisada pelo seu número restrito.

«A **secção central de Neuchâtel** veio a sofrer **consideravelmente** com os acontecimentos e, se não tivesse sido o devotamento, a actividade de alguns dos seus membros, a **queda era certa**.

«A **secção central do Locle**, entre a vida e a morte durante alguns meses, tinha acabado por se **dissolver**. Muito recentemente reconstituiu-se,»

evidentemente, com o único objectivo de enviar dois delegados ao Congresso dos Dezasseis.

«A secção de **propaganda socialista de La Chaux-de-Fonds** está numa **situação crítica**... A sua posição, longe de melhorar, **tende antes a piorar**.»

Depois, vêm duas secções, os **círculos de estudos de Saint-Imier** e de **Sonvillier**, que não são mencionados senão de passagem e sobre cuja condição não se diz uma palavra.

Resta a secção modelo que, a julgar pelo seu nome de secção **central**, não é ela própria senão o resíduo de outras secções desaparecidas.

«A secção central de **Moutier** é certamente aquela que menos sofreu... O seu comité esteve em relação contínua com o Comité federal... **Ainda não estão fundadas secções**...»

Isso explica-se:

«A acção da secção de Moutier encontra-se muito particularmente **favorecida** pelas **excelentes disposições** de uma população operária... de costumes populares; gostaríamos de ver a classe operária desta região tornar-se ainda mais independente dos elementos políticos.»

Vemos, com efeito, que este relatório

«dá a **medida exacta** do que se pode esperar do devotamento e da **inteligência prática** da parte dos aderentes à Federação Jurassiana».

Teriam podido completá-lo acrescentando que os operários de La-Chaux-de-Fonds, sede primitiva do seu comité, sempre repudiaram toda a relação com eles. Recentemente ainda, na assembleia geral de 18 de Janeiro de 1872, responderam à circular dos Dezasseis com votos unânimes confirmando as resoluções da Conferência de Londres assim como a resolução do Congresso romando de Maio de 1871: «*de excluir para sempre da Internacional os Bakúnine, Guillaume e seus adeptos*».

Será ainda preciso acrescentar uma única palavra sobre o valor deste pretenso Congresso de Sonvillier que, segundo as suas próprias palavras, fez «rebentar a guerra, a guerra aberta, no seio da Internacional»?

Certamente, estes homens que fazem mais barulho do que o peso que têm tiveram um sucesso incontestável. Toda a imprensa liberal e policial tomou abertamente o partido deles; foram secundados nas suas calúnias pessoais contra o Conselho Geral e nos seus ataques anódinos contra a Internacional pelos pretensos reformadores de todos os países — em Inglaterra, pelos republicanos burgueses, cujas intrigas o Conselho Geral desmanchou; em Itália, pelos livre-pensadores dogmáticos que, sob a bandeira de Stefanoni, acabam de fundar uma «sociedade universal de racionalistas», tendo sede obrigatória em Roma, organização «autoritária» e «hierárquica», conventos de frades e de freiras ateus, e cujos estatutos atribuem um busto em mármore, colocado na sala do Congresso, a todo o burguês doador de dez mil francos⁶⁶; por fim, na Alemanha, pelos socialistas bismarckianos que, fora do seu jornal policial, o *Neuer Social-Demokrat*⁶⁷, fazem de camisas brancas⁶⁸ do império prusso-alemão.

O conclave de Sonvillier pede a todas as secções internacionais, num apelo patético, para insistir sobre a urgência de um Congresso imediato «para reprimir», como dizem os cidadãos Malon e Lefrançais, «as usurpações sucessivas do Conselho de Londres» — na realidade, para substituir a Internacional pela Aliança. Este apelo recebeu um eco tão encorajador que eles se viram imediatamente reduzidos a falsificar um voto do último Congresso belga. Eles dizem no seu órgão oficial (*Révolution Sociale*, 4 de Janeiro de 1872):

«*Por fim, coisa mais grave, as secções belgas reuniram-se no Congresso, em Bruxelas, a 24 e 25 de Dezembro, e votaram por unanimidade uma resolução idêntica à do Congresso de Sonvillier sobre a urgência de provocar um Congresso Geral.*»

Importa constatar que o Congresso belga votou exactamente o contrário. Encarregou o Congresso belga, cuja reunião não terá lugar senão em Junho, de elaborar um projecto de novos estatutos gerais para ser submetido ao **próximo Congresso** da Internacional.

De acordo com a imensa maioria da Internacional, o Conselho Geral não convocará o Congresso anual senão para Setembro de 1872.

66 Em Novembro de 1871 o democrata burguês Stefanoni formulou o projecto de criação de uma «Sociedade Universal de Racionalistas», cujo programa apresentava uma mistura de ideias democráticas burguesas e de socialismo utópico pequeno-burguês (criação de colónias agrícolas para resolver o problema social, etc). A Sociedade tinha por objecto desviar os operários da Internacional e impedir a difusão da sua influência em Itália; ao mesmo tempo, Stefanoni declarava a sua solidariedade com a Aliança da Democracia Socialista. As denúncias feitas por Marx e Engels dos verdadeiros objectivos de Stefanoni e dos laços directos dos anarquistas com os democratas burgueses, assim como as declarações de vários militantes do movimento operário italiano contra o projecto de Stefanoni, fizeram abortar as suas tentativas de submeter o movimento operário italiano à influência burguesa.

67 *Novo Social-Democrata*: jornal alemão publicado em Berlim de 1871 a 76; órgão da Associação Geral de Operários Alemães, criada por Lassalle. O jornal lutou contra a direcção marxista da Internacional e do Partido Operário Social-Democrata alemão; apoiou os bakuninistas e os representantes de outras correntes antiproletárias.

68 Chamava-se camisas brancas ou blusas brancas aos bandos formados pela prefeitura de polícia do Segundo Império. Compostos por elementos desclassificados, estes bandos, fazendo-se passar por operários, organizavam manifestações provocatórias, criando assim pretextos para repressões contra as verdadeiras organizações operárias.

VII

Algumas semanas depois da Conferência, chegaram a Londres os senhores Albert Richard e Gaspard Blanc, membros mais influentes e mais ardentes da **Aliança**, encarregados de recrutar entre os refugiados franceses auxiliares prontos a trabalhar para a restauração do Império, único meio, segundo eles, de se desembaraçar de Thiers e de não ficar de bolso vazio. O Conselho Geral avisou os interessados e, entre outros, o Conselho federal de Bruxelas das suas manobras bonapartistas.

Em Janeiro de 1872, tiraram a máscara ao publicarem a brochura: *L'Empire et la France nouvelle. Appel du peuple et de la jeunesse à la conscience française [O Império e a França Nova. Apelo do Povo e da Juventude à Consciência Francesa]*, por Albert Richard e Gaspard Blanc, Bruxelas, 1872.

Com a modéstia ordinária dos charlatães da Aliança, recitam assim a sua pantominice:

«Nós que havíamos formado o grande exército do proletariado francês... nós, os chefes mais influentes da Internacional em França⁶⁹... felizmente, não estamos fuzilados, nós, e nós estamos aqui para arvorar, em frente deles (os parlamentares ambiciosos, os republicanos de barriga cheia, os pretensos democratas de toda espécie), a bandeira à sombra da qual combatemos, e para lançar à Europa admirada, apesar das calúnias, apesar das ameaças, apesar dos ataques de toda a espécie que nos esperam, este grito que sai do fundo da nossa consciência e que ecoará em breve no coração de todos os franceses: "Viva o Imperador!"

«Para Napoleão III, infamado e conspurcado, é preciso uma reabilitação esplêndida,»

e os senhores Albert Richard e Gaspard Blanc, pagos pelos fundos secretos de Invasão III, estão especialmente encarregues desta reabilitação.

De resto, confessam eles:

«é a progressão normal das nossas ideias que nos tornaram imperialistas⁷⁰».

Eis uma confissão que deve agradavelmente fazer cócegas aos seus correligionários da **Aliança**. Como nos belos dias do *Solidarité*, A. Richard e G. Blanc debitam as suas velhas frases sobre o «abstencionismo político» que, segundo os dados da sua «progressão normal», não se torna uma realidade senão sob o despotismo mais absoluto onde, então, os trabalhadores se abstêm de toda a ingerência política, como o prisioneiro se abstém de todo o passeio ao sol.

«O tempo dos revolucionários», dizem eles, «passou... o comunismo está relegado à Alemanha e à Inglaterra, à Alemanha sobretudo. Foi aí, aliás, que ele se elaborou seriamente, desde há muito,

69 Sob o título «**Ao pelourinho!**» o *Egalité* (de Genebra), de 15 de Fevereiro de 1872, diz:

«Ainda não chegou o dia para contar a história da derrota do movimento comunalista no Sul da França; mas, o que podemos anunciar desde hoje, nós, que na maior parte fomos testemunhas da deplorável derrota da insurreição de 30 de Abril em Lyon, é que esta insurreição fracassou em parte graças à cobardia, à traição, ao roubo de G. Blanc, que se intrometia em todo o lado, executando as ordens de A. Richard, que se mantinha na sombra.

«Pelas suas manobras intencionais, estes miseráveis conseguiram comprometer vários nomes daqueles que tomavam parte nos trabalhos preparatórios dos Comitês insurreccionais.

«Além disso, estes traidores conseguiram desacreditar a Internacional em Lyon a tal ponto que, no momento da revolução parisiense, a Internacional inspirava aos operários de Lyon a maior desconfiança. Daí, a ausência total de organização; daí, a derrota da insurreição, derrota que teve necessariamente de arrastar a queda da Comuna, abandonada às suas forças isoladas! Não foi senão depois desta sangrenta lição que a nossa propaganda soube reagrupar os operários de Lyon em torno da bandeira da Internacional.

«Albert Richard foi o menino bonito, o profeta de Bakúnine e consortes. » (Nota dos Autores.)

70 Isto é, partidários do Império. (Nota da edição portuguesa.)

*para se espalhar em seguida por toda a Internacional e esta progressão inquietante da **influência alemã** na Associação não contribuiu pouco para parar o seu desenvolvimento, ou antes, para lhe dar um novo curso nas secções do Centro e do Sul da França, que nunca receberam palavras de ordem de nenhum alemão.»*

Não julgaríamos ouvir o grande Hierofante ele próprio⁷¹ a atribuir-se, desde a fundação da Aliança, na sua qualidade de Russo, a missão especial de representar as *raças latinas*? ou os «verdadeiros missionários» da *Révolution Sociale* (2 de Novembro de 1871) a denunciarem

«a marcha atrás que os miolos alemães e bismarckianos trabalham para imprimir à Internacional?»

Mas felizmente que a verdadeira tradição não está perdida e que os senhores Albert Richard e Gaspard Blanc não estão fuzilados! Por isso, o «trabalho» deles consiste em «dar um novo curso» à Internacional, no Centro e no Sul da França, tentando fundar secções bonapartistas, por isso mesmo essencialmente «autónomas». Quanto à constituição do proletariado em partido político, recomendada pela Conferência de Londres,

*«depois da restauração do Império, nós» — Richard e Blanc — «nós em breve teremos acabado, não só com as teorias socialistas mas com o começo de realização que elas revelam pela organização revolucionária das massas». Numa palavra, explorando o grande «princípio de autonomia de secções» que «constitui a verdadeira força da Internacional... especialmente nos países de **raça latina** (Révolution Sociale de 4 de Janeiro),»*

estes senhores especulam sobre a anarquia na Internacional.

A Anarquia, eis o grande cavalo-de-batalha do seu mestre Bakúnine que dos sistemas socialistas não tomou senão as etiquetas. Todos os socialistas entendem por Anarquia isto: o objectivo do movimento proletário, uma vez alcançada a abolição das classes, o poder do Estado, que serve para manter a grande maioria produtora sob o jugo de uma minoria exploradora pouco numerosa, desaparece, e as funções governamentais transformam-se em simples funções administrativas. A Aliança toma as coisas às avessas. Proclama a anarquia nas fileiras proletárias como o meio mais infalível para quebrar a poderosa concentração das forças sociais e políticas nas mãos dos exploradores. Sob este pretexto, ela pede à Internacional, no momento em que o mundo velho procura esmagá-la, para substituir a sua organização pela anarquia. A polícia internacional não pede mais do que isso para eternizar a república —Thiers— cobrindo-a com o manto imperial⁷².

London, 5 de Março de 1872 33, Rathbone Place, W.

Escrito por Marx e Engels

71 M. Bakúnine.

72 No relatório sobre a lei Dufaure, o rural Sacase atira-se antes de tudo à «organização da Internacional». Esta organização é o seu pesadelo. Depois de ter constatado a marcha ascendente desta formidável Associação, ele continua: «Esta Associação rejeita... as práticas tenebrosas das seitas que a precederam. A sua organização fez-se e modificou-se à luz do dia. Graças ao poder desta organização... ela estendeu sucessivamente a sua esfera de acção e de influência. Todos os territórios se lhe abrem.» Depois, descreve «sumariamente» a sua «organização» e conclui: «Tal é, na sua sábia unidade,... o plano desta vasta organização. A sua força está nesta própria concepção. Está também na massa dos seus aderentes, ligados a uma acção simultânea, e, por fim, na invencível impulsão que pode fazê-los mover.» (Nota dos Autores.)